

EXPANSÃO DO CAPITAL MONOPOLISTA: SUA INTERNACIONALIZAÇÃO
NA ECONOMIA BRASILEIRA - INDÚSTRIA PESQUEIRA

T338.3727

M131e

T

N.Cham. T338.3727 M131e T

Autor: Machado Filho, Fran

Título: Expansão do capital



01123726

Ac. 36121

UFCE - BCME

FRANCISCO CHAGAS MACHADO FILHO

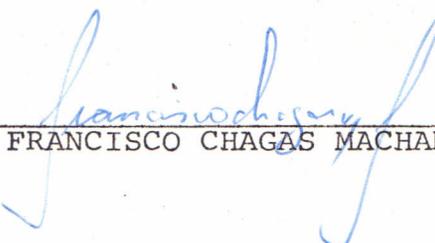
BCME - BIBLIOTECA

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, COMO REQUISITO PARCIAL
PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FORTALEZA - 1983

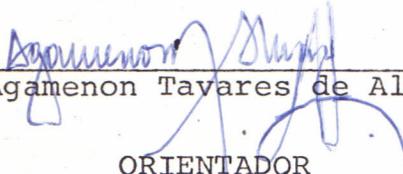
Esta dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em teoria econômica, ou torgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida universidade.

A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida, desde de que seja feita de conformidade com as Normas da Ética Científica.


FRANCISCO CHAGAS MACHADO FILHO

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 21 DE OUTUBRO DE 1983

BCME - BIBLIOTECA

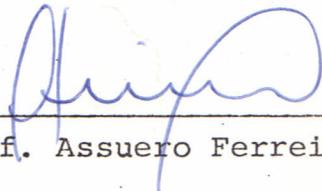

Prof. Agamenon Tavares de Almeida

ORIENTADOR


Prof. Manoel Bosco de

Almeida
COORDENADOR DO CURSO


Prof. Aécio Alves de Oliveira


Prof. Assuero Ferreira

Para

Marisa Pacheco

SUMÁRIO

	página
AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
LISTA DE QUADROS.....	vi
INTRODUÇÃO.....	viii
I. A SOCIEDADE CAPITALISTA.....	01
II. DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.....	25
III. A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL NA ECONOMIA BRASILEIRA.....	36
IV. INDÚSTRIA PESQUEIRA NO BRASIL.....	70
V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é resultado de discussões iniciadas com professores e colegas do CAEN, durante o período de estada no Ceará. No entanto, deve-se ressaltar que o conteúdo, erros e omissões são de minha responsabilidade.

Por outro lado, reconheço que se não fossem contribuições de serviços auxiliares, esta monografia não sairia do plano das intenções. Assim é que não poderia deixar de agradecer à Tia Rita, por haver me propiciado as condições ideais para que eu pudesse escrever o presente trabalho; aos datilógrafos Ornelas e Marcelo, que não mediram esforços para decifram os manuscritos; à Ivone, que com dedicação auxiliou na revisão.

Não poderia deixar de mencionar a excepcional contribuição dos professores Agamenon Almeida, Assuero Ferreira e Aécio Alves, que em momento algum pouparam críticas, ao tempo que foram os principais incentivadores deste trabalho.

A lista de agradecimentos poderia se estender por um grande número de pessoas, pois às vezes simples palavras agridam grandes contribuições. No entanto, para não correr o risco de alguma omissão, agradeço a todos que direta ou indiretamente me animaram na sua elaboração. Todavia, faço especial agradecimento à companheira Maria Inês.

RESUMO

O estágio imperialista atingido pelo processo de desenvolvimento capitalista leva este modo de produção a uma multiplicidade de problemas. O processo de acumulação de capital cria a necessidade de sua própria expansão. Por outro lado, a sua internacionalização representa a manutenção e o crescimento de novas taxas de exploração.

Assim, a internacionalização do capital traz, em si mesma, aquelas contradições inerentes ao modo capitalista de produção (contradição entre capital e trabalho; contradições entre capitalistas). Deve-se acrescentar o fato de que nas economias subdesenvolvidas o nível de exploração é extremamente mais extorsivo, desde que ele antecipa formas de organização do capital que somente contribuem para intensificar sua exploração.

No Brasil, a existência de corporações multinacionais representa o fortalecimento das desigualdades econômicas e sociais. Por um lado, torna possível concentrar recursos e poder, por outro, retira a influência das pequenas empresas e fortalece a drenagem de recursos para o exterior.

A capitalização na indústria pesqueira, na qual a presença do capital internacional já está consolidada, bem demonstra estas contradições, não deixando dúvidas no que concerne à injustiça nas relações de produção nesta sociedade.

No entanto, estas constatações, embora bastante contundentes, são inevitáveis se se mantém este tipo de sociedade. Ou seja, a internacionalização do crescimento da acumulação capitalista não seu todo.

ABSTRACT

The imperialist stage reached in the process of capitalistic development leads, this mode of production into a multiplicity of problems. The process of capital accumulation creates the needs for its own expansion. On the other hand, its internationalization represents the maintenance and the growth of new rates of exploration.

Then, the internationalization of monopolistic capital brings within itself those contradictions inherent to the capitalistic mode of production (contradiction between capital and labor; contradictions among capitalists). It has to be added the fact that in the underdeveloped economies the level of exploration is extremely more extensive, since it anticipates forms of capital organization which only contribute to intensify its exploration.

In Brazil, the existence of multinational corporations represents the strengthening of economic and social inequalities. On one hand, it makes possible to concentrate resources and power, on the other hand it withdraws the influence of small enterprises the draining of resources to the exterior.

The capitalization of the fishery industry, in which the presence of international capital is already established shows very well these contradictions, leaving no doubts, concerning the injustice in the relations of production in this society.

However, these findings even though rather shocking are inevitable if this kind of society is kept. The internationalization of the growth of the capitalistic accumulation in its whole.

LISTA DE QUADROS

	Página
QUADRO 1 - Comércio Mundial	13
QUADRO 2 - Investimentos Privados no Exterior I	14
QUADRO 3 - Parcelas Percentuais de Renda dos Estados Unidos Recebidas pela População Rica	17
QUADRO 4 - Investimentos Privados no Exterior II	28
QUADRO 5 - Estimativa do Estoque de Investimentos na América Latina - 1967	31
QUADRO 6 - Multinacionais Européias na América Latina - 1971	32
QUADRO 7 - Concentração de Capital no Estado de São Paulo	39
QUADRO 8 - Movimento de Capitais Estrangeiros Diretos no Brasil	44
QUADRO 9 - Participação do Investimento Internacional na Economia Brasileira	55
QUADRO 10 - Patrimônio Líquido das 140 Maiores Empresas em Operação no Brasil - 1972	58
QUADRO 11 - Patrimônio Líquido das 140 Maiores Empresas em Operação no Brasil - 1979	59
QUADRO 12 - Patrimônio Líquido das Dez Maiores Empresas no Setor de Aparelhos Domésticos no Brasil - 1979	61

Página

QUADRO 13 - Investimentos Americanos no Bra- sil - 1943	63
QUADRO 14 - Saldo das Transações Internacionais das Multinacionais. Vinte Grupos Selecionados - 1977	65
QUADRO 15 - Empresas Pesqueiras no Brasil	77
QUADRO 16 - Instalação de Indústrias Pesqueiras no Brasil	89
QUADRO 17 - Empresas Internacionais na Indústria Pesqueira no Brasil	92
QUADRO 18 - Acionistas Internacionais na Indústria Pesqueira no Brasil. Ações Preferenciais.	97

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da sociedade capitalista nos coloca frente ao fenômeno da constante presença de empresas multinacionais nas economias subdesenvolvidas. Diante disso, objetivando melhor compreender a expansão do capital na fase monopolista, investigaremos seu crescimento e conseqüências desse processo.

De forma que, em uma primeira abordagem, trataremos do crescimento do capital no seu conjunto, dando ênfase às economias mais intensivas em capital (economias centrais). Posteriormente, nos dedicaremos à expansão do capital na economia brasileira, particularizando com estudo sobre a indústria pesqueira.

O referencial teórico escolhido para investigar esta fase imperialista do crescimento econômico foi o modelo desenvolvido por Lenine, escrito em 1917, Imperialismo: fase superior do capitalismo, o qual só recentemente vem ganhando importância em estudos acadêmicos.

Segundo Lenine¹, a definição de imperialismo engloba cinco características fundamentais: concentração da produção e do capital, atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios cujo papel é decisivo na vida

¹ LENINE, Vladimir Ilich. Imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo, Global Editora, p. 88.

econômica; fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com base nesse "capital financeiro"², de uma oligarquia financeira; diferentemente da exportação de mercadorias, a exportação de capitais assume uma importância muito particular; formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si; termo da partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas.

Tendo em vista o fato de estarmos tratando com um modelo voltado para o entendimento do desenvolvimento capitalista, lembramos que somente os países nesse estágio serão objeto de preocupação no presente trabalho.

Visto isso, tomamos a economia brasileira e investigamos seu desenvolvimento desde a expansão cafeeira e o seu processo de industrialização até os dias de hoje, notando-se as diferentes formas em que se dá a integração capitalista entre as economias periféricas e centrais. A primeira, a subdesenvolvida, não apresenta uma simples diferença de estágio de desenvolvimento, mas uma função na estrutura econômica internacional, qual seja: a de permitir a manutenção das taxas de lucros dos capitalistas das economias centrais.

Dessa forma, entendemos que, a continuar esse tipo de sociedade, o crescimento ou desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, passa necessariamente pela internacionalização de suas economias. Assim sendo, o desenvolvimento de setores de uma economia periférica não foge à inserção do capital internacional.

²

Conforme Lenine, capital financeiro foi um nome criado por Rudolf Hilferding, em 1912, para referir-se à fusão do capital industrial e bancário. "Uma parte, sempre crescente, do capital industrial, não pertence aos industriais que o utilizam. Estes últimos só alcançaram sua disponibilidade através dos canais do banco, que é, para eles, o representante dos proprietários deste capital. Por outro lado, ao banco impõe investir na indústria, uma parte cada vez maior, dos seus capitais. E assim o banco torna-se cada vez mais um capitalista industrial. A este capital bancário (isto é, a este capital-dinheiro), que assim se transforma em capital industrial, eu dou o nome de capital financeiro. O capital financeiro é, portanto, um capital de que os bancos dispõem e que os industriais utilizam".

Para isso, dividimos o trabalho em quatro grandes capítulos. O primeiro apresenta a situação mundial do capital internacional, no qual procuraremos conhecer seus limites e seu crescimento, de tal forma que propicie a criação de base de sustentação do estudo em questão, e assim permita avançar na compreensão da internacionalização do capital. O segundo capítulo mostra os caminhos que seguem a divisão internacional do trabalho e a crescente busca do capitalista de maior taxa de rentabilidade dos investimentos. Os dois últimos capítulos demonstram o grau de internacionalização do capital no Brasil; primeiro a nível global e em segundo setorial. Nesse aspecto, descrevemos a composição do capital na indústria brasileira, particularmente na indústria pesqueira. Ressaltamos, também nestes dois últimos capítulos, a importância de bancos internacionais, ditos de desenvolvimento, procurando mostrar qual o verdadeiro papel dessas instituições.

I - A SOCIEDADE CAPITALISTA

O processo de produção capitalista é extremamente dinâmico, o que garante uma sociedade que, por si só, esteja em permanente movimento. Trata-se de um tipo de sociedade que se caracteriza pelo desenvolvimento de seus contrários (lutas entre classes, competição entre capitalistas, a centralização do capital) e que, ao mesmo tempo, tenta buscar nas relações de produção, formas que negligenciem estas contradições.

Nesse sentido, a compreensão do objeto de estudo impõe cuidadosa e insistente perseguição à evolução do processo das relações sociais de produção, pois estas guardam certas especificidades históricas e, como afirma Marilena Chauí, "a história é praxis".³ Assim sendo, tanto o investigador como o objeto de trabalho modificam-se constantemente.

Após a Segunda Guerra Mundial, conflito que veio beneficiar unicamente a economia norte-americana, defrontaram-se os Estados Unidos com duas questões básicas: a primeira relacionava-se a estratégias de defesa dos interesses econômicos, não só do seu Estado-Nação, mas de todo o mundo capitalista, pois necessitavam expandir suas empresas para o além-fronteira, imposição do desenvolvimento capitalista; a segunda relacionava-se com a economia estadunidense que esbarrava em forças anticapitalistas cada vez mais poderosas, ou seja, o comunismo internacional.

Inspirados nesses princípios, os Estados Unidos, em nome da defesa do "mundo livre", portanto combatendo o "perigo comunista", desenvolviam uma política que conciliava os interesses da burguesia local e a defesa da sociedade.

Nesse sentido, os investimentos americanos, se por um lado tinham por objetivo fortalecer o bloco capitalista, por outro buscavam a expansão do capital nos promissores mercados da Europa e Japão. Portanto, a ação de reconstrução das economias beligerantes tinha por perspectiva a manutenção da taxa de lucro do capital americano.

Não se pode negar que a primeira preocupação dos Estados Unidos foi a de promover a reconstrução da Europa e do Japão, por razões já descritas acima. Porém, como uma ação não se desvincula da outra, os investimentos são, também, centros de decisões políticas e econômicas, e tanto atenderam os interesses da sociedade capitalista, como da burguesia ianque.

É sobre esta ótica que deve ser visto o programa de recuperação da Europa destruída. E mais ainda, o Plano Marshall, que de acordo com Mandel⁴, "longe de ser um projeto de transformação da economia européia numa economia essencialmente agrícola, dirigida por Washington, foi, historicamente, a primeira fase de reconstrução de uma força autônoma do capitalismo ocidental. Quer dizer, a reconstrução de uma força diretamente competitiva, frente aos Estados Unidos".⁴ Da mesma forma deve ser vista a ocupação do "Supreme Command of the Allied Forces", no Japão.

Tendo por base este quadro, seria de se esperar que a economia norte-americana despontasse como a primeira entre os países capitalistas e que alcançasse a hegemonia dentro do bloco capitalista. Porém, a história não se faz por movimentos lineares. Os fatos são outros.

Bastaram os primeiros estímulos do programa de reconstrução da Europa - o Plano Marshall teve seu fim em 1947 - para que o capitalismo europeu voltasse a pulsar com seus equipamentos e máquinas.

Toda a tecnologia criada e desenvolvida no período

4

MANDEL, Ernest et alii. O imperialismo. Lisboa, Edições Delfos, p. 84.

de guerra, foi adequada a reaplicada no processo produtivo de bens de consumo e de capital. O rápido e eficiente reerguimento das economias européia e japonesa, no sentido do modelo capitalista de produção, impôs acelerada acumulação e concentração de capital, permitindo que, ao mesmo tempo que recebiam capital internacional, exportassem primeiro bens de consumo e depois bens de capital.

Nos Estados Unidos o valor da mão-de-obra era proporcionalmente mais elevado do que na Europa. Enquanto naquele país a acumulação de capital havia elevado a remuneração da força de trabalho, no continente europeu, além de disponível, era barata. Este fato, além do mercado consumidor que reerguia, provocou a transferência de capital para países como a Alemanha, Inglaterra e França, privilegiando esta ação, em detrimento da pesquisa de novas técnicas e produtos.

Assim sendo, Antonio de Castro faz a seguinte observação: "a exportação de capital é uma faca de dois gumes: dinamiza a oferta, mas mantém a renovação técnica ao nível de superfície. As conseqüências disto começariam a se fazer sentir através da progressiva perda do poder competitivo da indústria norte-americana, que chega a tornar-se alarmante ao findar dos anos 60".⁵

Mas, afinal, o que determina a exportação de capital? Em que circunstâncias ocorre esse fenômeno?

De acordo com Lenine, "a necessidade de exportação de capitais resulta da 'maturidade excessiva' do capitalismo em certos países, onde o capital carece de colocações vantajosas".⁶ Essa "maturidade excessiva" do capitalismo é, sem dúvida, a etapa monopolista do modo capitalista de produção. E aqui, Lenine, em mesma obra, caracteriza essa nova ordem econômica e social:

⁵ CASTRO, Antonio Barros de. O Capitalismo ainda é aquele. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1979, p.25.

⁶ LENINE, V. op.cit., p. 61.

"- Em primeiro lugar, o monopólio nasceu da concentração da produção, tendo ela atingido um elevado grau de desenvolvimento. Surgem então os grupos monopolistas de capitais - os cartéis, os sindicatos patronais, os trustes.

- Em segundo lugar, os monopólios conduziram ao controle cada vez maior das principais fontes de matérias-primas, sobretudo na indústria fundamental e mais cartelizada de sociedade capitalista: a da hulha e do ferro.

- Em terceiro lugar, os monopólios desenvolveram-se através dos bancos. Em tempos, modestos intermediários, detêm hoje o monopólio do "capital financeiro".

- Em quarto lugar, os monopólios resultam da política colonial. O capitalismo financeiro acrescentou aos numerosos "velhos motivos" da política colonial o da luta pelas fontes de matéria-prima, pelas exportações de capitais, pelas zonas de vantajosas transações, de concessões, de lucros de monopólio, etc., e, finalmente, pelo território econômico em geral."⁷

Marx, em sua "Lei Geral de Acumulação Capitalista"⁸, mostra como a própria dinâmica da produção capitalista na disputa pelo mercado consumidor cria forças que tentam aniquilar os concorrentes, quer por incorporação ou eliminação, e uma outra que busca resistir, contrariando estas ações e procurando manter a integridade do capital industrial.

Historicamente, o capital vem se acumulando, gerando sua concentração e centralização. Isto quer dizer que o crescimento social do capital se particulariza entre proprietários privados, que competem entre si, procurando incorporar capitais absorvendo-os na competição.

⁷ LENINE, V. op.cit., p. 122-123.

⁸ MARX, Karl. O Capital, livro I, v. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 172.

A acumulação de capital tende a continuar, até que o mercado produtor seja bastante oligopolizado e o volume de negócios, a uma dada taxa de lucro, esteja no seu limite máximo.

A este nível, as estruturas organizativas de produção, agora bastante aperfeiçoadas, recomendam o não estabelecimento de confrontos diretos, senão a própria existência dos capitalistas estaria em jogo, não significando, porém, que a competição deixe de existir, o que seria impossível visto que a mesma é inerente ao próprio modo de produção.

É nesse momento que o capital, obrigado pelas circunstâncias, pois precisa manter suas taxas de lucros, expande suas fronteiras territoriais e passa a instalar-se em áreas alternativas que lhe proporcionem maiores e mais seguras taxas de rentabilidade.

Esse processo se desenvolve de forma segura, minimizando riscos. O capital inglês, por exemplo, expandiu seus investimentos em estradas de ferro, concedendo empréstimos, para posterior venda de seus equipamentos e serviços, numa clara intenção de minimizar riscos e assegurar maior margem de retorno de seus investimentos.

Dessa forma, na moderna sociedade onde, do ponto de vista da acumulação, dominam empresas monopolistas, os instrumentos de controle das relações de produção são extremamente mais eficientes. Ademais, a dimensão atingida por estas empresas, em função do alto volume de capital, provoca a necessidade de sua expansão, a qual foi facilitada pelos meios modernos de transporte e comunicação.

A velocidade com que se deu a recuperação do Japão, chamou a atenção da civilização ocidental. Poucos anos de pós-guerra foram suficientes para colocar o capital japonês em condições de competir, a nível internacional, com a já consagrada e bem sucedida empresa norte-americana. Todos estes fatos não ocorrem por acaso. Subjacentes a estes "fenômenos", verificou-se uma expropriação em larga escala de pequenos produtores.

Por ocasião da chegada de forças de ocupação norte-americana e da implantação do programa de reconstrução do Japão, os Estados Unidos, dentre as reformas efetuadas, acabaram cumprindo relevante papel para o crescimento do capitalismo japonês, quais sejam: a reforma agrária de 1946 e a dissolução dos "Zaibtsu" (conglomerado onde somente participavam as grandes empresas).

Além dessas medidas, as doações provenientes dos Estados Unidos, que somaram, entre 1945 e 1951, o montante de 2 bilhões de dólares, contribuíram de forma expressiva para estabelecer a base da expansão capitalista.

Em curto prazo, a reforma agrária atingiu seus próprios limites, as glebas de terra distribuídas eram de pequenas dimensões, o que acabou por limitar e esgotar a continuação do aumento da produtividade. Paralelamente, sucediam-se entradas de produtos alimentícios fornecidos pelos Estados Unidos, de forma que os preços dos produtos agrícolas desciam a níveis muito baixos. Assim é que um grande número de produtores foi obrigado a abandonar as atividades agrícolas e se transferir para a cidade.

Em 1950, os Estados Unidos entram em guerra com a Coréia. Tal fato provoca, de imediato, grande procura de mercadorias no Japão. Esta procura adicional propiciou à economia local aceleração da acumulação de capital, bem como sua concentração, e, ao mesmo tempo, atendeu aos fluxos de demanda. Foi nesta ocasião que se deu, segundo o nosso entender, o "milagre japonês".

A agricultura, com o aumento da procura, acelerou o processo de desapropriação, pois a reforma agrária já havia atingido seus limites e, agora, os grandes proprietários estendiam suas glebas de terra, aumentando assim suas propriedades.

A grande massa de camponeses, com a perda de seus sítios, acumulava-se nas grandes cidades, dispondo exclusivamente da força de trabalho.

Em 1950, o "Zaibtsu" foi reconstituído, propiciando, esta feita, uma organização mais sólida e experiente e foi, em dúvida, o responsável pela absorção de grande parte da população excedente do campo, como também por quase toda a acumulação de capital gerada até hoje.

Este quadro se completa com a ocorrência de mais dois fatos: primeiro, é nesta ocasião que os Estados Unidos realizam os grandes investimentos na indústria japonesa; em segundo, são formados acordos de cooperação técnica entre empresas norte-americanas e nipônicas.

É neste período que se verifica grande aumento das empresas de porte superior, visto que a mais-valia aumentava a detrimento do valor da força de trabalho. Tal qual como as grandes empresas, as pequenas e médias unidades aumentam as taxas de lucro e, conseqüentemente, também se capitalizam, porém com intensidade maior em mão-de-obra.

Portanto, a "reconstrução" do capitalismo no Japão teve por base toda esta série de fatos que, acrescida pelo "Plano de Produtividade", no qual o governo japonês previu intercâmbio de técnicos, operários e a criação de um "Centro Japonês de Produtividade", coloca-o entre as potências mundiais e, mais ainda, entre os membros do fechado "clube" das nações imperialistas.

"A necessidade de assegurar fontes de matéria-prima levou as empresas japonesas a construir uma extensa rede de exploração e produção ao longo da costa do Pacífico - na Sibéria (madeira, cobre, petróleo, etc), Alasca, Yukon, Colúmbia Britânica, Washington, Oregon, Idaho, Montana (carvão, petróleo, cobre, madeira, pesca, produtos alimentícios), Austrália (carvão, cobre, petróleo, madeira, sal), Indonésia (petróleo, níquel, madeira, cobre, pesca, cultivo de perólas, arroz, milho), Malásia (petróleo, estanho, madeira, açúcar),

Filipinas (cobre, ferro, silvicultura, pesca), Birmânia (petróleo), Tailândia (estanho, tungstênio, agricultura), Coréia do Sul (petróleo, cobre, zinco)".⁹

Neste sentido, o Japão busca suprir suas deficiências, no que concerne a matérias-primas, dadas as carências de seu território. Assim é que, uma vez supridas estas limitações, passa a ser não só grande exportador de bens de consumo, como o é de bens de capital. No comércio mundial, sua participação nas exportações, em 1960, era de 3,2% no total das exportações mundiais; em 1970 havia subido para 6,2%. Apresentou, nestes 10 anos, um crescimento de 16,9% nas exportações. Foi o país que obteve a maior taxa de expansão no comércio internacional, seguido pelo Canadá (com 11,7% de crescimento ao ano), enquanto que os Estados Unidos apresentaram, por essa ocasião, um crescimento de 7,6% ao ano.

Com relação aos investimentos no exterior, o Japão é dono de uma posição de destaque. Em 1967, exportou 1,5 bilhão de dólares. Quatro anos depois este valor subia para 4,5 bilhões de dólares. Sua participação foi, nesse último ano, de 2,8% do total dos investimentos do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (os países membros controlam 95% do total dos investimentos capitalistas no exterior), o que propiciou um crescimento anual de 32,4% na exportação de capital.

A moderna sociedade japonesa dispõe de um número significativo de grandes empresas, somente entre os membros da Comissão Trilateral (organismo internacional que agrupa os capitalistas dos principais países industrializados) constam, entre os associados, mais de 40 empresas, entre as quais podemos destacar a Nippon, Nikon, Japan Airlines, Mitsui Bank of Tokio, Nissan Motor Co., Sumitomo Chemical Co., Toyota e Mitsubishi.

⁹ HYMER, Stephen. Empresas multinacionais: a internacionalização do capital. Rio de Janeiro, Edições Graal, p.74.

Talvez o grupo financeiro Mitsubishi seja o mais conhecido e o de maior importância política. A prova disso é que Chugiro Fujino (presidente do consórcio), ao lado de Raymond Barre e David Rockefeller são os principais representantes do Japão, Europa Ocidental e Estados Unidos, respectivamente, na Comissão Trilateral. O Mitsubishi, grande consórcio de capitais multinacionais compõe-se de vários sócios (Westinghouse, General Electric, Caterpillar, Chrysler, além de outros), o que o torna um grande produtor e de uma variação enorme de produtos: equipamentos eletrônicos; material bélico; caminhões; carros; tanques; mísseis; aviões; helicópteros e muitos outros, sendo sua marca conhecida no mundo inteiro.

O Yen ultrapassou os limites territoriais do país, transformou-se em moeda internacional, sendo meio de troca em todo o Oriente. Assim sendo, o Japão deixou, há muito tempo, de ser instrumento do imperialismo ianque, para ocupar o lugar de imperialista na história do desenvolvimento do modo capitalista de produção.

A consolidação do mais novo país imperialista deu-se depois da Segunda Grande Guerra. Anteriormente, o Japão era um estado quase todo feudal e somente condições muito especiais propiciaram a rápida acumulação de capital, colocando a emergente elite japonesa entre os executores internacionais do poder.

As empresas multinacionais não são fenômenos recentes. Segundo Lenine, "o verdadeiro nascimento dos modernos monopólios situa-se, o mais cedo, por volta dos anos 1860 - 1880".¹⁰ De acordo com Christopher Tugendhat, "os precursores das modernas companhias multinacionais começaram a expandir-se para além de suas fronteiras, em número significativo, a partir da década de 1860. Entre os pioneiros figuram Friedrich Bayer, que adquiriu participações numa fábrica de anilina de Albany, no Estado de Nova Iorque, em 1865, dois anos depois de fundar a sua própria companhia química

¹⁰ LENINE, Vladimir Ilich. op.cit., p. 21.

to da Califórnia. Em 1866, o sueco Alfred Nobel, inventor da dinamite, instalou sua fábrica de explosivos em Hambo. Em 1867, a empresa norte-americana de máquinas de costura Singer montou a sua primeira fábrica estrangeira em Glasgow".¹¹

Assim é que, ao se falar da evolução do capitalismo no Ocidente, fala-se da história do nascimento do imperialismo. E ao se analisar o desenvolvimento do Velho Continente, a Europa, deparamos com a existência das primeiras empresas transnacionais.

Em 1876, a Bayer construiu uma fábrica de corante em Alemanha. Seis anos depois abriu outra na França (Flers) e, em 1908, na Bélgica (Shoonaerde). As empresas multinacionais da Europa começaram a aumentar em número e em capital. Em 1914, duas grandes empresas holandesas, produtoras de margarina, Jurgens e Van den Berghs, possuíam 14 fábricas na Alemanha.

Neste início do século surgiu um grande número de empresas multinacionais, entre as quais podemos citar a Imperial Chemical Industrial, Royal Dutch Shell, Lever Brothers, Courtaulds, Philips Electrical, Viscose Company, Bayer, e J. P. Morgan La Roche e outras.

A situação de hoje é completamente diferente, o imperialismo europeu exporta capital para todas as partes do mundo. Somente no Brasil, segundo a revista "Visão" (agosto de 1975), existem 390 empresas européias.

No entanto, suas pretensões foram quase destruídas, durante a ocasião da Segunda Grande Guerra, quando os bombardeios arrasaram em grande parte seu parque industrial. A rápida reconstrução da sociedade só foi possível graças ao Plano Marshall e os constantes investimentos privados, por parte dos Estados Unidos.

¹¹ TUGENDHAT, Christopher. Estas multinacionais que nos governam. Lisboa, Editora Parceria A. M. Pereira Ltda., 1975.

É importante observar que o programa de reconstrução da Europa não se limitou ao Plano Marshall — que durou apenas dois anos —, houve também investimentos públicos, estes sim, foram intensos e somente sustados em 1955.

Paralelamente aos investimentos públicos, os Estados Unidos passam a abastecer o mercado, propiciando ao consumidor europeu o hábito pelos produtos americanos, pois, ao exportar seus produtos, exportaram, também, os padrões de consumo de uma "sociedade nova".

A importação de bens de consumo, não resolvia de forma alguma os problemas econômicos do continente europeu: carente em capital e com excedente em mão-de-obra. Por outro lado, a questão exigia imediata solução, pelo próprio fato de que o que estava em risco, era a própria sociedade capitalista. Assim sendo, o caminho mais curto foi o de substituir bens importados, de consumo por bens de capital. Ao mesmo tempo que propiciava ao imperialismo americano o cumprimento de sua dinâmica, ocupava a mão-de-obra excedente.

Porém, afóra o "zelo" norte-americano pela economia européia, é importante observar que no período imediato do pós-guerra, quando as idéias socialistas estavam em ascensão, vários governos na Europa passam às mãos dos dirigentes "progressistas", ou pelo menos não estavam em poder dos conservadores. Estes novos líderes previam que, ao manter-se a mentalidade conservadora, onde os negócios não iam além das fronteiras de seus países, a Europa estaria propensa a estagnar, tal qual vinha acontecendo antes da Segunda Guerra. "Para evitar um retorno ao período de estagnação de antes da guerra, alguns estadistas corajosos e de visão, destacando-se entre eles Jeàn Monnete e Robert Schuman, propuseram um plano realmente audacioso para a abolição das tradicionais barreiras econômicas da Europa".¹² O objetivo des

¹² HEILBRONER, Robert L. A formação da sociedade econômica. Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 21.

se plano era criar uma organização supranacional, acompanhada da concepção de uma "nova ordem social". Em 1952, o plano foi finalmente concretizado, com a criação da Comunidade do Carvão e Aço. Na prática, as previsões se materializavam. Assim é que mais duas organizações foram criadas: a Comissão Supranacional de Energia Atômica (Euroton) e o Mercado Comum Europeu (MCE).

"A rápida expansão das companhias internacionais durante os anos 60, e o crescimento dos grandes mercados integrados da Comunidade Livre, originaram efeitos acumulativos e um movimento de fusões, de uma envergadura sem precedentes. Em toda a Europa, as grandes e pequenas companhias se unem, a fim de aproveitar as novas oportunidades e de criar organizações defensivas que lhes permitam enfrentar os competidores".¹³

Os resultados dessa política podem ser medidos pelo crescimento do produto nacional, no período referente a 1960-1976, o PNB da Comunidade Econômica Européia (CEE), foi de 85% (menor do que a do Japão e Canadá). Se comparado aos Estados Unidos, que teve seu PNB, durante este mesmo período, acrescido de 71,68%, veremos que a "estagnada" economia da Europa Ocidental vinha cumprindo seu papel como continente imperialista.

¹³ HEILBRONER, Robert L. op.cit., p. 224.

No comércio internacional, observamos que a participação nas exportações mundiais, no período de 1960 a 1970, eleva-se em 4,1% (conforme o quadro abaixo).

QUADRO 1 - Comércio Mundial

Áreas/Países	Participação Percentual nas exportações mundiais F.O.B. (Mundo = 100)		Taxa de Cres- cimento Anual
	1960	1970	
Europa Ocidental	40,3	44,4	10,4
CEE (dos seis)*	23,3	28,4	11,5
Estados Unidos	16,0	13,7	7,6

* CEE (dos seis) - Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo.

FONTE: MARTINS, Luciano. Nação e corporação multinacional, Paz e Terra, p. 17.

Os investimentos privados da Europa tiveram uma alta considerável durante o período de 1967 a 1971, obtendo uma taxa de 12,4% ao ano, sendo que neste último o volume de capital exportado foi de 63,2 bilhões de dólares, representando 39,5% do total dos investimentos no exterior dos países do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC). Nota-se (conforme quadro a seguir) que a taxa de crescimento dos investimentos americanos no mesmo período foi de 9,7% ao ano.

QUADRO 2 - Investimentos Privados no Exterior I

em milhões de dólares

Regiões/Países	1967	1971
Europa Ocidental	39.560	63.155
CEE (dos seis)	15.415	26.996
Grã-Bretanha	17.221	24.019
Estados Unidos	59.489	86.198

FONTES: MARTINS, Luciano. Nação e corporação multinacional, Paz e Terra, p. 20.

O que se tem visto até agora, é que os Estados Unidos vêm cedendo, pouco a pouco, às expansões dos capitalismo japonês e europeu. Não que seja uma questão de concessão americana, muito pelo contrário, seus reais propósitos são de manterem-se hegemônicos no bloco capitalista. Segundo Samir Amim¹⁴, os atuais objetivos dos norte-americanos são: enfraquecer a Europa e o Japão e recuperar a situação que tinha antes da crise monetária internacional; e ganhar para si os países subdesenvolvidos e subtrai-los da influência da Europa e Japão. Este último é extremamente estratégico, pois os outros "continentes" imperialistas não dispõem de matéria-prima, tal qual os Estados Unidos, principalmente o Japão. Mas vemos que a concretização destes propósitos está tão longe quanto o mar está do céu. As condições existentes permitem apenas que estes objetivos fiquem a nível das intenções.

Porém, num passado não muito distante, a situação, tal como se apresentava, talvez não permitisse outra visão que não a dos Estados Unidos hegemônicos, responsáveis pelo

¹⁴ AMIN, Samir. A crise do imperialismo. Rio de Janeiro, Edições Graal, p. 27.

reerguimento das economias da Europa e do Japão, possuidor da maior concentração de capital do mundo. Qualquer raciocínio linear teria que desencadear frente à supremacia norte-americana. O modelo do chamado superimperialismo é prova disto.

Tal como na história do imperialismo europeu, o desenvolvimento das empresas multinacionais norte-americanas ocorrem por ocasião da década de 60 do século passado. "Havia empresas da maior parte dos países europeus importantes implicadas neste novo movimento, mas desde o começo as companhias norte-americanas ocuparam um lugar preponderante. Entre 1880 e 1890, os Estados Unidos atravessaram um período de imensa concentração industrial. Mais de 5.000 empresas concentram-se em cerca de 300 trusts; e, embora restasse ainda um número muito elevado de pequenas empresas, aquelas gigantes dominavam o mundo industrial. Algumas delas, como a Standart Oil, a United States Steel e a International Harvester, continuam a ser nomes familiares. A maior parte das empresas gigantes não tinham qualquer interesse em prolongar suas atividades para além das fronteiras da América do Norte, a não ser para exportar os seus excedentes e garantir fornecimento de matérias-primas; no entanto, aqueles que o fizeram, provocaram uma enorme concorrência aos europeus".¹⁵

No início do século, as grandes concentrações industriais de capital assustavam os europeus e principalmente a Grã-Bretanha, que reivindicava para si a hegemonia da sociedade capitalista. Em 1901, a Westinghouse, capital de propriedade americana, era a maior empresa da Inglaterra. A Standart Oil, americana, cujo proprietário era John D. Rockefeller, transformara-se na maior empresa petrolífera da Europa. No início do século, Henry Ford já havia criado uma rede de filiais no continente europeu. Somente na Grã-Bretanha, em 1914, Ford fabricava um quarto total da produção de automóveis.

¹⁵ TUGENDHAT, Christopher. op. cit., p. 36.

Depois da Primeira Grande Guerra os Estados Unidos já haviam consolidado suas bases capitalistas. Eram, sem dúvida, o país que mais concentrava capital. Por outro lado, o capitalismo europeu vivia as mais agudas lutas políticas e sociais, como forma de sociedade.

É por esta ocasião que há (segundo alguns autores, como Hugo Assmann, Theotônio dos Santos) o deslocamento do comando do imperialismo para os Estados Unidos. O fato é que, em 1921, foi criado, em Nova Iorque, o Conselho de Relações Exteriores, um organismo privado que tem por finalidade criar uma central de informações com vistas a defender os interesses dos capitalistas norte-americanos no mundo, bem como propiciar estudos para investimentos internacionais, com vistas a dar-lhes segurança e estabilidade.

Durante o período de criação do Conselho de Relações Exteriores até o ano de 1929, os Estados Unidos experimentaram as maiores taxas de crescimento. O Produto Nacional Bruto atingiu, em 1929, o montante de 104 bilhões de dólares e a acumulação alcançou níveis nunca vistos; a economia norte-americana havia se transformado no paraíso dos "es-pertos". Por ocasião desta data, a bolsa de valores apresentava um volume enorme de negócios, cerca de 10.000.000 de investidores viam seu dinheiro aumentar, sem o menor esforço ou dificuldade. Faziam-se investimentos vultosos: 75 bilhões em casas; 9 bilhões em estruturas agrárias; 30 bilhões em novos equipamentos industriais.¹⁶

Toda essa "orgia" era sustentada pela mais-valia, ou pela crescente exploração da força de trabalho que, logicamente, teria que ter um limite. Impunha-se à grande parte da população redução do poder aquisitivo de seus salários, o que acabou eclodindo num estado de insustentação em 1929.

¹⁶Dados obtidos do livro de Robert L. Heilbroner, op. cit., p. 168-184.

QUADRO 3 - Parcelas Percentuais de Renda dos Estados Unidos Recebidas pela População Rica.

Anos	Percentual da Renda Recebida por 1% da população	Percentagem de Renda Recebida por 5% da população
1919	12,2	24,3
1923	13,1	27,5
1929	18,9	33,5

FONTE: HEILBRONER, Robert L. A formação da sociedade econômica, Zahar Editores, p. 180.

A crise de 29 liquidou com o ritmo de crescimento dos Estados Unidos, o Produto Nacional Bruto era, em 1933, a metade do verificado no ano de 1929, os investimentos caíram violentamente, o decréscimo no consumo foi, neste período, de 30 bilhões de dólares.

Quando "todos" achavam que a sociedade capitalista havia chegado ao seu limite de exploração e que esse modo de produção poderia se considerar falido, o Lorde John Maynard Keynes descobria o elixir que propiciara ao capitalismo o seu rejuvenecimento. E a partir daí as despesas do governo passaram a cobrir a demanda que faltava. Iniciou-se, por iniciativa do governo, a produção das "Agendas", produtos que nem são bens de consumo e nem de produção, mas que permitiram criar adicionais à demanda.

Paralelamente ao aumento das despesas governamentais, o aparelho burocrático do Estado desenvolveu eficiente sistema de arrecadação de tributos, imposto de renda principalmente. Nesta época, o crime de sonegação do fisco era punido severamente.

O resultado desta política foi uma significativa desconcentração da renda. Os 5% mais ricos, que em 1929 detinham 33,5% da renda dos Estados Unidos, onze anos depois concentravam apenas 24% da renda.

A economia norte-americana se redinamizou. Em 1940, o Produto Nacional Bruto havia recuperado os níveis de 1929, alcançando 100,6 bilhões de dólares.

No final da Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos eram a maior nação imperialista do mundo. A receita nacional representava aproximadamente a metade das receitas dos países capitalistas. Suas reservas de ouro eram de 70% das reservas mundiais e participava com 47% no comércio mundial.¹⁷

Do que já se viu até agora, tivemos a oportunidade de observar que entre os países onde o capitalismo se encontra em fase mais desenvolvida, na etapa imperialista, o processo de produção dos monopólios se faz engendrando contradições: disputa de mercados; concorrência entre capitalistas; crises, depressões; guerras e assim por diante. Mais à frente, passaremos a descrever estas contradições, assim como a criação dos mecanismos de defesa que o sistema acabou gerando.

Porém, antes de iniciarmos a descrição destas relações, acreditamos ser importante trazer à tona uma contradição que é inerente ao modo capitalista de produção e que portanto se manifesta na etapa imperialista, mas que por força das próprias relações sociais se mantém oculta no processo produtivo, qual seja: capital-trabalho, a contradição principal do sistema capitalista, que se cristaliza na existência da mais-valia e permite o aumento do capital constante.

A contradição principal, capital-trabalho, se manifesta no momento da troca da força de trabalho pela sua remuneração, senão vejamos, a mercadoria compõe-se de três partes referentes a: desgastes do material utilizado; pagamento do trabalhador; e "remuneração" do capital ou lucro.

¹⁷ Dados obtidos do livro de Theotonio dos Santos, Imperialismo e corporações multinacionais. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 20.

Se o capitalista desejar aumentar sua empresa, e é exatamente esta a exigência para se alcançar a etapa da empresa multinacional, deverá aumentar seu lucro. Na hipótese do grau de monopólio¹⁸ não permitir que se aumente o preço do produto, aumentará a diferença entre mais-valia (lucro) e os elementos que compõem a mercadoria.

Ora, se a única força produtiva nesta relação é o trabalho, e portanto só ele gera o lucro necessário para aumentar o tamanho da empresa, como é que para aumentar o tamanho de uma concentração de capital existe uma tendência a diminuir o capital variável? O fato é que nas relações capitalistas de produção esta é uma tendência natural, em que pese se reconhecer que é o capital variável o responsável pelo crescimento da empresa. O que não significa que este não aumente, desde que seja proporcionalmente menor do que a mais-valia. Portanto (nesta perspectiva) o aumento do lucro é garantido pelo aumento da produtividade da mão-de-obra, ou aumento da taxa de exploração de força de trabalho.¹⁹

"Por outro lado, a dimensão gigantesca do capital financeiro, concentrando-se em poucas mãos e criando uma rede extraordinariamente vasta e apertada de vínculos e de relações, por intermédio da qual submete ao seu poder a massa não apenas de médios e pequenos mas até dos muito pequenos capitalistas e patrões e, por outro lado, a luta aguda travada pela partilha do mundo e pela dominação de outros países..."²⁰ fazem parte do bloco de contradições mais evidentes, no qual o imperialismo se vê envolvido.

18

É a capacidade que a empresa tem de fixar preços. Para maior entendimento, recomenda-se a leitura de Michal Kalecki, Grau de Monopolização e Distribuição de Renda, em Teoria da Dinâmica Econômica, como também o trabalho de Assuero Ferreira, Grau de Monopólio e Parcela Salarial: Uma Evidência Empírica na Indústria de Transformação Brasileira (mimeo). Curso de Mestrado em Economia - CAEN, Fortaleza.

19 Para maior esclarecimento desses pontos ver: Karl Marx, O Capital, livro 3, vol. 4, Civilização Brasileira, Processo Global da Produção Capitalista; Rosa Luxemburgo, A acumulação do capital, Zahar Editores, p. 281-297.

20 LENINE, Vladimir Ilich. op. cit., p. 108.

Atualmente, as empresas multinacionais vêm-se envolvidas com dois problemas básicos: o de buscar áreas onde as taxas de retorno apresentem interesse e o de obter novas fontes de matérias-primas ou pelo menos assegurar o funcionamento das existentes.

No que se refere ao fornecimento de matérias-primas, com o aumento de acumulação capitalista (o surgimento dos conglomerados japoneses, as fusões européias e os grandes trustes americanos), as empresas monopolistas viam que o aumento da demanda por matérias-primas acabaria por elevar seus preços. Além de temerem o enfrentamento de organização dos fornecedores (a exemplo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP). Assim é que os países imperialistas acabaram promovendo uma "desabalada carreira" rumo às fontes fornecedoras de matérias-primas. Com isso, acabaram estabelecendo competições entre si.

Paralelamente, e visando conciliar o interesse de monopolizar as fontes de matérias-primas, as empresas multinacionais buscaram investir (em países fornecedores) no setor de bens de consumo, procurando atender a demanda local. No que aproveitaram a mão-de-obra abundante e assim asseguraram as desejadas taxas de lucros. Estes investimentos em áreas fornecedoras de matérias-primas, obviamente em países subdesenvolvidos, visam alcançar, além dos interesses acima descritos, a eliminação da concorrência internacional de exportação, bem como propiciar a desconcentração de capital nos países sedes e, conseqüentemente, a redução do valor da força de trabalho.

As empresas multinacionais vislumbraram, antes ou durante a experiência produtiva, a possibilidade de, usando o baixo valor dos salários do operário do "terceiro mundo" e a proximidade às fontes de matérias-primas (portanto custos de produção bem menores que nos países sedes), concorrer com seus produtos, através de suas filiais, no mercado internacional, tendo a vantagem de poder colocar seu produto a preços mais competitivos.

"O resultado é que a nação subdesenvolvida típica possui uma economia altamente desequilibrada, incapaz de su

grir-se de uma ampla variedade de bens. Assenta-se na comercialização de um produto único no mercado internacional. Por exemplo, na América do Sul, vamos encontrar a Venezuela, cujo petróleo contribui com 90% de sua parte de exportação; a Colômbia, em que o café contribui com 77%; o Chile, exportando cobre, 66%; a Bolívia, estanho, 62%; Honduras, bananas, 51%".²¹

É de se imaginar que o conhecimento destas práticas acabaram gerando grande competição entre as empresas multinacionais. Todas desejam expandir seus domínios e assegurar a rentabilidade de seus investimentos. Para isso, buscam desenvolver seus setores de pesquisa, procuram encontrar novas técnicas de produção, novos tipos de transportes (mais econômicos, mais seguros e confortáveis), novos produtos. Há, portanto, a concorrência das inovações, colocando a concorrência de preços no segundo plano.

Da mesma forma que a competição busca renovar-se e ser a mais sorradeira possível, procurando não permitir que se visualizasse as contradições secundárias, os técnicos do capitalismo procuram camuflar também a contradição principal, capital-trabalho.

Entre eles, podemos destacar o professor Kenneth Galbraith.²² Segundo ele, admitir atualmente que capital é, na relação de produção, componente de exploração, é desconhecer as mudanças da moderna sociedade. É desconhecer o novo fator de produção, a tecno-estrutura.

O próprio economista Paul Samuelson discorda desta afirmação. Diz ele: "Em minha opinião, a noção defendida por Galbraith, no sentido de que existe uma tecno-estrutura que dirige nossas empresas, governo e que representa uma convergência de forma e função com a tecno-estrutura que dirige a Rússia e a China não passa de uma noção gerada, parcialmente, a partir de uma egolatria exagerada. Também gostaria de

²¹ HEILBRONER, R. L., op.cit., p. 108.

²² GALBRAITH, John K., O novo estado industrial. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 54-69.

pensar que os alunos Massachusetts Institute of Technology herdarão a terra ... mas a realidade sempre invade esse sonho. À semelhança da grande empresa, nossos alunos não passam de monarcas constitucionais que reinam somente porque não governam. Imaginemos um computador ordenando a Henry Ford, ou à direção da General Motors, que façam algo que ele (o computador) deseja e que ambos (Henry Ford ou a direção da GM) não consideram como de interesse para suas empresas, e veremos a rapidez com que o computador é afastado da folha de pagamentos".²³

A redução da hegemonia dos Estados Unidos²⁴ parece estimular sua capacidade de se organizar internacionalmente. Os empresários norte-americanos buscavam acordos internacionais com outros capitalistas, com a clara intenção de minimizar os confrontos intercapitalistas; obviamente, os interesses são recíprocos. A prova disto foi a criação do círculo Bilderberg, criado em maio de 1954, na Holanda. Este grupo, conhecido pelo seu caráter fechado, não publicava o resultado de seus acordos. Reunia empresas como a ITT, ATT, General Motors, General Electric, Allied Chemical, Fiat, Mobil, Exxon, Royal Dutch Shell e outras. Não temos dúvida de que Bilderberg representava a tentativa de, através de acordos, dividir o mundo segundo seus interesses.

Ao iniciar os anos 70, a emergente elite japonesa impunha-se no mundo como poder imperialista. Não havia como desconhecer a internacionalização do capital japonês, passando a competir em condições de igualdade na disputa pelo mercado mundial.

23

Retirado do livro de Paul M. Sweezy, Capitalismo moderno. Rio de Janeiro, Edições Graal, p. 42.

24 A participação dos Estados Unidos no comércio mundial reduziu de 47% no pós-guerra, para 14% em 1970; no mesmo período, sua participação no PNB mundial declinou de 50% para 30,2%. As reservas monetárias internacionais, de 70% em 1946, caíram para 10,6% em 1971. Aumentou também sua dependência por produtos importados. Em 1970 era a seguinte composição: têxteis, 12%; aço, 15%; máquina de costura, 47%; televisores, 52%; máquinas de filmar, 66%; rádios, 70%; máquinas de calcular, 75%; fitas magnéticas, 96%; câmaras de 35mm, 100%.

Os bilderbergistas parecem concordar que a função do grupo havia, em parte, se esgotado. O momento exigia um organismo mais amplo.

Em 1973, surge "A Private North American-European-Japanese Initiative on Matters of Concern", a Comissão Trilateral, que agrupa as principais indústrias dos três "continentes", América do Norte (Estados Unidos e Canadá), Europa e Japão, e cuja função é a de determinar a partilha do mundo entre seus membros.*

"Os líderes da Comissão desejam, obviamente, subordinar as políticas territorialistas aos seus interesses econômicos e transnacionais. Muitos dentre eles temem que certos governos tenham se tornado demasiado democráticos e prisioneiros das constituições internas. Seus interesses se chocam assim contra a ideologia das corporações transnacionais que majoritariamente representam".²⁵

"Os conflitos que aparecem entre as firmas multinacionais e os Estados, e a capacidade de desenvolver estruturas autonomamente, ajudam a difundir a idéia que as firmas multinacionais representavam uma nova etapa na organização internacional do capital, devendo particularmente acarretar o desaparecimento dos Estados nacionais e o aparecimento de uma' burguesia multinacional".²⁶

"A empresa multinacional é um fenômeno que se desenvolveu em resposta a uma comprovada necessidade humana — a necessidade de organizar os homens, o dinheiro, os recursos e a tecnologia em escala mundial. Ela cresceu tão rapidamente porque não houve nenhuma outra instituição capaz de me-

*

Hugo Assmann, em seu livro A trilateral: nova fase do capitalismo mundial, nos fornece uma lista completa dos membros da Comissão Trilateral.

25

Retirado do trabalho de Laurence H. Shoupe William Winter, "Rumo e Década de 80", reproduzido no livro de Hugo Assman, A trilateral: nova fase do capitalismo mundial.

26

AMIN, Samir. op.cit., p. 121.

lhor realizar esse objetivo. Economicamente, nós quase já nos tornamos um só mundo, mas ainda estamos longe de nos tornarmos um só mundo politicamente. A ausência de um governo mundial deixou a humanidade entregue a uma multiplicidade de problemas contrastantes e não resolvidos, que diariamente nos pressionam. Num certo sentido, a rede de empresas multinacionais representa o embrião do sistema nervoso central de uma emergente ordem econômica global". ²⁷

Além das contradições internacionais e as desenvolvidas no próprio país entre capital e aparelho governamental, inerentes à competição capitalista, há também as provocadas pela expansão internacional do capital dentro de governos hóspedes.

A contradição nos países sedes entre governos e capital, encontra-se no momento em que os elementos da burguesia que controlam o aparelho de Estado privilegiam interesses próprios de grupos.

Nos países hóspedes podemos destacar três níveis de contradição: capital internacional e governo nacionalista; capital internacional e burguesia local; capital internacional "vis à vis" capital internacional.

A infinidade de contradições que a produção capitalista engendra em sua fase superior é infinita. Seríamos incapazes de enumerá-las. Também este não é o propósito. Apresentamos este quadro apenas com a intenção de situar o problema. Assim é que concluímos este capítulo com a citação do professor Stephen Hymer, da New School for Social Research, de Nova Iorque: "A viabilidade do sistema de empresas multinacionais depende do grau em que os povos toleram a desigualdade a que dá lugar".

II - DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

No capítulo anterior vimos de como o capital, evoluindo para o estágio monopolista, necessariamente tem que se internacionalizar. Nesta parte veremos como se dá essa internacionalização, ou seja, como são selecionadas as áreas de investimento, através da divisão internacional do trabalho.

Além da divisão social do trabalho, que evidencia o caráter contraditório das relações produtivas, existem: a divisão do trabalho em geral, que é a separação de produção social em ramos (agricultura, indústria, serviços); a divisão especial, que é a divisão de cada um dos ramos; e a divisão individualizada, a divisão do trabalho propriamente dita, é a divisão nas oficinas e na manufatura. "A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade incondicional do capitalista sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo que a ele pertence. A divisão social do trabalho faz confrontar-se produtores independentes de mercadorias, os quais não reconhecem outra autoridade além da concorrência, além da coação exercida sobre eles pela pressão dos recíprocos interesses, do mesmo modo que no reino animal há guerra de todos contra tudo, 'o bellum omnium contra omnes', preserva mais ou menos as contradições de existência de todas as espécies. O mesmo espírito burguês que louva, como fator de aumento de força produtiva, a divisão manufatureira do trabalho, a condenação do trabalhador a executar perpetuamente uma operação parcial e a sua subordinação completa ao capitalista, com a mesma ênfase denuncia todo o controle e regulamentação sociais conscientes ao processo de produção com um ataque aos invioláveis direitos de propriedade, de liberdade e de iniciativa

do gênio capitalista".²⁸

A divisão manufatureira é, segundo Karl Marx, "não produzir o trabalhador parcial nenhuma mercadoria". Isto porque esta divisão se processa dentro da oficina, de forma tal que cada trabalhador, na aplicação de suas forças produtivas, só consiga elaborar parte de tal produto. A mercadoria somente é obtida pelo conjunto de trabalhadores, o que assegura ao capitalista o conhecimento do seu valor (valor entendido como a quantidade de trabalho cristalizado no produto), bem como determina, no modo de produção capitalista, o caráter social da produção que se contrapõe ao caráter privado da apropriação.

A divisão de trabalho foi e continua sendo instrumento eficiente na produção capitalista e principalmente na fase da indústria monopolista. Segundo Lenine, a divisão do trabalho é extremamente importante em duas circunstâncias: "En primer lugar, el simple desmembramiento del proceso de producción en varias operaciones, las más sencillas, puramente mecánicas, permite implantar las máquinas, que en un principio se emplean en las operaciones más simples y que sólo de manera gradual van abarcando las más complejas".²⁹ "La segunda circunstancia que es preciso subrayar de modo especial es la capacitación de obreros hábiles, por la manufactura. La gran industria mecanizada no habría podido desarrollarse con tanta rapidez en el período posterior a la reforma se no hubiese tenido por detrás una prolongada época de capacitación de los obreros por la manufactura".³⁰

A divisão do trabalho transcende o universo da manufatura, pois, sendo responsável pela aceleração da acumulação, dá lugar e desenvolve a divisão social do trabalho, co

28

MARX, Karl, O Capital, livro 1, v.1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 408.

29

LENINE, Vladimir Ilich. El desarrollo del capitalismo en Rusia. Barcelona, Editorial Ariel, p. 395.

30

Ibidem, p. 396.

mo também divide a produção social e territorial, por onde quer que se realize.

Na ampliação do mercado mundial, a divisão do trabalho manufatureiro escolhe áreas, territórios, selecionando - os de acordo com o nível tecnológico das relações produtivas. Segundo a clássica divisão internacional do trabalho, o mundo divide-se em: zonas industriais (Europa, Estados Unidos e Japão) e zonas subdesenvolvidas (Terceiro Mundo). Controla e comanda, com base nesta divisão, os investimentos utilizados, explorando as especificações de cada uma das áreas divididas.

A princípio, às áreas desenvolvidas, os investimentos destinam-se a produzir bens que atendam as necessidades locais, tendo em vista o poder aquisitivo que essas populações detêm. Aos países subdesenvolvidos, os investimentos, via de regra, destinavam-se a assegurar matéria-prima que as indústrias instaladas nos países desenvolvidos necessitam. Esta primeira divisão pode ser alterada com base na observação abaixo.

Segundo Dobb³¹, os investimentos se realizam na etapa monopolista, buscando áreas onde a concorrência capitalista seja menor. Desta forma, facilitam sua instalação, assim como também asseguram taxas de lucro mais elevadas. Subjacente a isto, o capitalista deve ser suficientemente informado para conhecer (ou poder estimular) o mercado de seu produto.

Os países subdesenvolvidos apresentam vastas possibilidades de investimentos. "Aqui, as taxas de lucro são invariavelmente elevadas, a mão-de-obra barata e em grande quantidade, e os recursos em matéria-prima são abundantes. Trata-se de campos de exploração virgens, representando terreno ideal para reproduzir as condições do monopólio e a orientação corrente da metrópole, especialmente se se puder

31

DOBB, Maurice. Capitalismo ontem e hoje. Lisboa, Editorial Estampa, 1977, p. 45.

exercer controle e pressões políticas para assegurar privilégios econômicos".³²

A partir do quadro abaixo, tem-se uma visão da procedência dos investimentos mundiais. Estes capitais privados destinam-se em grande parte aos países desenvolvidos, cerca de 112,8 bilhões de dólares, principalmente nos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, França, Itália, Canadá, Japão. Aos países subdesenvolvidos destinam-se cerca de 29,4% do total dos investimentos privados, distribuídos principalmente à Indonésia, Equador, Coréia do Sul, Formosa, Singapura, Hong Kong, Nigéria, Brasil e México.

Com base nestas informações, observa-se que os investimentos destinam-se preferencialmente aos países desenvolvidos, característica não apenas verificada no ano de 1971 (principalmente tendo em vista que a partir dos anos 60 a distribuição de investimentos vem se direcionando, relativamente, mais aos países subdesenvolvidos, por iniciativa de estratégia do imperialismo norte-americano).

QUADRO 4 - Investimentos Privados no Exterior II

EXPORTAÇÃO DE CAPITAL	EM MILHÕES DE DÓLARES 1971
Estados Unidos	86.198
Europa Ocidental	63.155
CEE (dos seis)	26.996
Grã-Bretanha	24.019
Outros Europeus	12.140
Japão	4.480
Canadá	5.930
T O T A L	159.763

FONTE: MARTINS, Luciano. Nação e corporação multinacional. Paz e Terra, p. 20.

Esta distribuição de capital, ditada pela preferência capitalista, de alguma forma pode ser explicada pelo grau de instabilidade das economias subdesenvolvidas. Se por um lado temem perder seus capitais pelas apropriações dos governos populares, por outro receiam os governos nacionalistas.

Agrega-se a estes dois fatores, um terceiro que, a nosso ver, contribui para desestimular investimento no Terceiro Mundo: os governos ditatoriais que, além de animarem a revolta popular, adotam políticas concentradoras de renda, que acabam esmagando o mercado consumidor.

Em contrapartida, os países sedes, destacamos neste particular os Estados Unidos, estão prontos para interferir em defesa da garantia da margem de lucro e da propriedade privada, animando e/ou eliminando "instabilidade", onde quer que se faça necessário, podendo-se citar: O Brasil, em 1964; a Bolívia, em 1971; o Chile, em 1973; Zaire; Gana; Grécia, etc.

No geral, a divisão internacional do trabalho divide os investimentos em: intensivos em capital e intensivos em mão-de-obra. Os primeiros destinam-se aos países desenvolvidos; seus produtos são inovadores, um tanto quanto supérfluos, porém adaptáveis à vida dos grandes centros. Os segundos, destinam-se a centros secundários, aproveitando a baixa remuneração da força de trabalho e seus produtos são considerados "tradicionais".

É bem verdade que, subjacente a esta divisão, está uma outra, a divisão do trabalho na manufatura propriamente dita. A moderna indústria subdivide mais ainda o processo de produção, promovendo maior especialização e simplificação da tarefa de cada trabalhador. Folker Frobel, em um artigo, diz: "El gran desarrollo y el considerable refinamiento de la tecnología y de la organización, del trabajo, que permiten descomponer complejos procesos de producción, hacen posible que hoy en día se pueda adiestrar fácil y rápidamente a una fuerza de trabajo no capacitada para que realice las

operaciones fragmentadas. Esto es especialmente cierto en el caso de la fuerza de trabalho a la que algunos años de educación primaria prepararon para laborar en las fábricas. De ese modo, se puede substituir a los trabajadores capacitados, que reciben altos salários, por outros com poca o ninguna capacitación, a quienes se pagan salários mucho más bajos, especialmente en los países en desarrollo en los que no existen sindicatos eficaces. En cada caso las empresas deben calcular cuál es la forma más conveniente de utilizar la fuerza de trabajo, relativamente poco capacitada pero muy barata que está disponible en el mundo: mediante una adecuada racionalización (descomposición) del proceso de trabajo, o mediante el traslado de una parte de la fabricación..." 33

Nestas circunstâncias, a "nova" divisão social do trabalho aumenta consideravelmente a velocidade de acumulação de capital. Conseqüentemente, pela própria capitalização de setores da sociedade (quer em país subdesenvolvido ou não), a oferta de mão-de-obra aumenta. Podemos ver claramente que este processo é contínuo, porém não linear. Caso contrário, poderíamos determinar precisamente quando seria o grande colapso da sociedade.

Desta população relativa, gerada pela maior capitalização ou industrialização de alguns setores, há, segundo Frobel, algumas diferenças a considerar: a remuneração da força de trabalho entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, nos setores mais dinâmicos da sociedade, apresenta uma diferença entre 10 a 20% a mais, nas economias centrais; as jornadas de trabalho nos países subdesenvolvidos são maiores bem como seu exército industrial de reserva; porém, este, é de menor qualidade técnica.

Todo esse novo processo tecnológico acelerou a transferência de capital para os países subdesenvolvidos; bastando tão somente existir as condições de mercados para que in

vestimentos fossem feitos. A modernização nos transportes e dos meios de comunicação, necessários para as matrizes continuarem dirigindo e controlando, foi importante instrumento na estimulação da internacionalização do capital.

A América Latina, antiga área de controle econômico dos Estados Unidos, vem sendo, ultimamente, alvo de interesses do capital europeu e japonês. Este processo iniciou-se basicamente no início da década de 60, quando os capitais monopolistas europeu e japonês, expandiram seus domínios para além-fronteira e investiram pesadamente no mundo inteiro.

Por outro lado, a proteção que os Estados Unidos davam à América Latina (diga-se aos capitais norte-americanos) fora posta em dúvida por ocasião da revolução cubana. Se por um lado defendiam seus capitais dos trustes estrangeiros, por outro, os protegiam do perigo do "espírito de independência inerente ao latino-americano". De modo que, abolida a confiabilidade política, a proteção econômica passou a ser questionada e as "ajudas" externas passaram a não ser respeitadas pelos concorrentes capitalistas, que procuravam formas de minimizar os riscos de seus investimentos, mas não deixar de investir na promissora América Latina.

QUADRO 5 - Estimativa do Estoque de Investimentos na América Latina - 1967

em milhões de dólares	
PAÍSES	AMÉRICA LATINA
Estados Unidos	11.777
Grã-Bretanha	1.693
Países Baixos	940
Alemanha Ocidental	789
França	468
Suíça	427
Japão	405
Itália	392
Bélgica	113
T O T A L	17.004

FONTE: MARTINS, Luciano. Nação e corporação multinacional. Paz e Terra, p. 110.

"Todavia, informações fragmentárias, provenientes de diferentes fontes, sugerem que a penetração européia (e japonesa) na América Latina foi altamente dinâmica nos cinco anos que se seguem a 1967. Os investimentos britânicos, por exemplo, cresceram de 8,3 milhões de libras anualmente em 1967, para 21,3 milhões em 1969, excluindo o setor petróleo. As estatísticas alemãs, por seu termo, mostram que os investimentos diretos desse país na região praticamente dobram entre 1967 e 1969, passando de 1,9 milhões a 3,3 bilhões de marcos - um total considerado muito aquém da realidade pelo Deutsche-Sudamerikanische Bank".³⁴

QUADRO 6 - Multinacionais Europeias na América Latina - 1971

EMPRESA	PAÍS DE ORIGEM	SETOR	Nº DE PAÍSES DA AMÉRICA LATINA EM QUE OPERA
Volkswagen	Alemanha	Automob.	2
Rhône-Paulenc	França	Quím. Têx.	4
Nestlé	Suíça	Alimentação	8
St. Gobain	França	Vidro	4
Dunlop-Pirelli	Grã-Bretanha		
	Itália	Borracha	5
Bayer	Alemanha	Quím. Farmac.	8
Ciba-Geigy	Suíça	Quím. Farmac.	4
Daimler-Benz	Alemanha	Automob.	2
Hoechst	Alemanha	Química	3
Peugeot	França	Automob.	2
Renault	França	Automob.	6
Basf	Alemanha	Química	3
Imperial Ch.	Grã-Bretanha	Química	2
Pechiney-Ugine-Kuhlman	França	Alum.-Quím.	2
Akzo	Holanda	Quím. Farmac.	4
Siemens	Alemanha	Máq. Eletric.	5
Montedison	Itália	Química	2
Fiat	Itália	Automob.	1
Philips	Holanda	Elet. Maq.	2

FONTE: MARTINS, Luciano. Nação e corporação multinacional. Paz e Terra, p. 120-121.

Devemos relembrar que a expansão das empresas multinacionais deve-se, em parte, aos mercados locais, ou à perspectiva de poder criá-los, para que, por ocasião da produção, se tenha a demanda necessária para o produto. Neste particular, o Brasil, México e Argentina desempenham papel relevante. Segundo as pesquisas da Universidade de Harvard (instituição membro da Comissão Trilateral), sobre distribuição de venda no mundo, por subsidiários não americanos, estes três países destacam-se como de maior mercado interno da América Latina.

Do que vimos até agora, podemos concluir que a tradicional divisão internacional do trabalho, na qual colocou os países desenvolvidos como industrializados e os do "Terceiro Mundo" como produtores de matérias-primas e força de trabalho, já não existe mais. Pelo que vimos, a indústria manufatureira instalou-se, no caso latino, por todo o continente, propiciando que se identifique, de forma mais clara, a grande divisão social, a nível internacional, que coloca a grande massa trabalhadora de um lado (e dialeticamente inter-relacionada com o capital) e o proprietário do outro.

"O capital pode se ver ameaçado dentro do sistema pela resistência da mão-de-obra a trabalhar eficientemente por um salário razoável e, em última instância, está ameaçado pela destruição política que liquidaria a propriedade privada como base de renda e do investimento. A fim de manter a separação entre trabalho e o controle, o capital erigiu elaboradas superestruturas comparativas para verificar o trabalho na produção... No plano político, tem utilizado a burocracia estatal para manter, pela força ou pela educação, as condições estruturais que fazem com que os operários se dirijam ao trabalho todos os dias e aceitem a autoridade do capitalista e seus direitos a uma remuneração mais elevada, seja como retribuição pela administração, seja como juros e dividendos".³⁵

A atividade capitalista encorajada pela aliança de classes estimulada pelo governo, busca enaltecer-se quanto aos seus feitos: criação de bem-estar social; melhoria da qualidade de vida do trabalhador; aumento do produto interno. Quando não, procura parecer preocupado com as condições de vida do trabalhador, colocando-se à disposição para supressão de "obstáculos". Conhecidos estes aspectos, sabemos que subjacentes a estas preocupações está uma maior, a consciência e organização da classe trabalhadora, pois o capitalista sabe que no momento em que a classe produtora tomar conhecimento de sua condição de explorada, a sociedade como um todo estará na eminência de ser substituída por outra, onde essas relações entre capital e trabalho não mais existam.

"As formações sociais dominantes, devido ao seu lugar privilegiado na divisão internacional do trabalho, puderam desenvolver alianças de classes sociais-democratas correspondentes ao estágio natural do imperialismo e baseadas numa estratégia sistemática de divisão da classe operária, com o objetivo de integrar uma parte desta, por meio de utilização do superlucro. A existência de superlucros é a condição essencial para o estabelecimento de uma aliança de classes, e só dificilmente ela pode suportar uma situação de quebra desses superlucros (...). A necessidade de um superlucro tem como corolário imediato a existência de uma superexploração, seja nas formas sociais dominadas (reforçamento da exploração imperialista), seja no interior da própria formação social dominante".³⁶

Não temos dúvidas, o capitalismo na sua fase superior, o imperialismo, aumentou o número de operários e os aproximou. Aumentou também o número de contradições secundárias. Porém, por outro lado, minou nos países desenvolvidos (criando a aristocracia operária) a sua maior contradição: capital-trabalho.

A partir de agora nossas preocupações se concentra-

36

AMIN, Samir. op. cit., p. 128 e 129.

rão no caso brasileiro, visto como parte integrante do processo de internacionalização do capital.

III - A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL NA ECONOMIA BRASILEIRA

O Brasil, desde o seu descobrimento até 1930, se caracterizou como um país de economia primário-exportadora, com a variante que o produto exportado modificou-se com o decorrer dos anos, iniciando com o pau-brasil e chegando aos anos 30 com o café.

Desde o fim do século passado, quando da abolição da escravatura e a institucionalização do trabalho assalariado, a cultura do café passou a ser a mais importante do país. Sua produção, voltada para o mercado externo, de onde obtinha já em 1893 o valor de 4,09 libras por saca de 60 quilos, permitiu ao cafeicultor tornar-se, dentre os produtores, o mais dinâmico e grande absorvedor de mão-de-obra assalariada. A produção que em 1891 era de 5,5 milhões de sacas subira em 1902 para 16,3 milhões.

Porém, com a mesma velocidade que a economia cafeeira ocupou o lugar de importância na atividade econômica do país, engendrou suas crises, provocadas, como não poderia deixar de ser, pela própria oferta do produto. As crescentes inversões na ampliação das plantações de café acabou gerando superprodução, que o mercado externo só teria condições de absorver a preços aviltados.

Mas, mesmo enfrentando essas baixas nos preços, que tanto eram provocadas pela expansão da produção como pelas crises internacionais em que se viam envolvidos os países compradores, principalmente os Estados Unidos, a cultura do café mantinha-se como a alternativa mais rentável da economia.

Por outro lado, os cafeicultores percebiam que o excesso de oferta forçava os preços a descerem. Porém, nenhum proprietário de cafezal tomara a iniciativa de reduzir sua

produção. A lógica do sistema capitalista, com o seu processo de acumulação, não permite que se abra mão da concentração de riqueza. Assim é que a alternativa para redução dos excessos de oferta era de que o governo interviesse no mercado para comprar os excedentes.

Segundo o Convênio de Taubaté em 1906, foram firmados os seguintes acordos, definidos como a valorização do café:

- "a - com o fim de estabelecer o equilíbrio entre oferta e procura do café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes;
- b - o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros;
- c - o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto, cobrado em ouro, sobre cada saca de café exportado;
- d - a fim de solucionar o problema mais a longo prazo, os governos dos Estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações".³⁷

O plano posto em prática conseguira estabilizar o preço do produto, da mesma forma que assegurara a rentabilidade dos fazendeiros e, portanto, estimulara a expansão de plantações de café, já que alternativamente nenhuma outra atividade garantia a tal margem de lucro.

Esta política permitiu que, à custa da retenção de estoques que o governo fazia, o Produto Nacional Bruto se expandisse a uma velocidade considerável. Entre 1920 e 1929, cresceu de 103,6 para 152,7 bilhões de dólares. Em contrapartida, os estoques acumulados entre 1927-29 alcançaram o montante de 1,3 bilhão de dólares.

Nesta ocasião "estoura" a crise de 29, sendo afetado diretamente o principal comprador. O valor do café de-

crece violentamente durante os dois primeiros anos de crise. O preço por libra cai de 22,9 centavos para 8 centavos.

A economia cafeeira, que já vinha esgotando seu padrão de acumulação, frente à crise não teve fôlego para manter-se, resultando numa redução de renda monetária, segundo Célso Furtado, de 25 a 30%.

Nesse período observou-se uma redução do quantum das importações, provocada não só pela redução da renda, como pelo aumento dos preços dos produtos importados.

Por ocasião da crise, foi verificada grande exportação de capital internacional para o Brasil, oportunidade em que o Estado de São Paulo já apresentava alguma concentração de capital na indústria de transformação, como mostra o quadro a seguir.

QUADRO 7 - Concentração de Capital no Estado de São Paulo

Estabelecimentos com Capital Igual ou Superior a 4.000 contos - 1929.

PRODUTOS	ESTABELECEMENTOS		PERCENTAGEM DO CAPITAL
	NÚMERO	PERCENTAGEM	
Cerveja	2 (b)	2,8	72,2
Óleos Vegetais	1	5,9	32,0
Cigarros	2	8,0	59,2
Couros	1	0,6	20,9
Calçados	3	1,2	54,4
Chapéus	2	1,7	26,0
Têxtil (algodão)	29	25,7	79,4
Têxtil (juta)	3	42,9	89,4
Têxtil (lã)	1	6,0	20,7
Têxtil (seda)	4	5,8	33,4
Malharia	2	1,3	23,3
Cordoalha	1	3,3	56,3
Cimento	1	100,0	100,0
Vidros	1	7,1	58,1
Metalurgia	8	1,3	42,5
Papel	4	33,3	72,7
Borracha	1	3,4	57,4
Serrarias	1	0,4	10,4
Vassouras, Escovas	1	7,7	83,3
Fósforo (a)	6	75,0	99,3
Produtos Químicos Diversos	4	0,8	21,9
Editorial e Gráfica	1	0,3	19,0

a) Os seis estabelecimentos pertenciam a duas das quatro empresas existentes;

b) Dois estabelecimentos da mesma empresa (tomou-se o registro de capital em 1930).

FONTE: VERSIANI, Flávio & BARROS, José Roberto M. (organizadores). Formação econômica do Brasil, Série ANPEC, Edições Saraiva, p. 86.

Constata-se que o mercado interno passa a reproduzir com mais velocidade as condições necessárias ao seu desenvolvimento, isto é, aumento da demanda e crescimento da acumulação de capital. Nesse sentido, o setor que produz para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades para o investimento. "A precária situação da economia cafeeira, que vivia em regime de destruir um terço do que produzia com baixo nível de rentabilidade, afugentava desse setor os capitais que nele ainda se formavam"³⁹.

Celso Furtado lembrou que em que pese o mercado interno ser, a partir de 1929, o mais importante, sua capacidade produtiva dependia da importação de máquinas e equipamentos. No entanto, reconhece que grande parte dessa nova dinâmica deve-se ao capital já instalado no Brasil.

A partir de 1930, se inicia efetivamente o processo de industrialização da economia brasileira, quando da consolidação da Revolução de 1930. Oportunidade em que a direção do Estado-Nação foi composta por novas forças políticas, além da oligarquia do café, a emergente burguesia.

O governo que ascendeu ao poder em 1930, estava comprometido, em parte, com os produtores do setor secundário, e, como tal, sua política deveria estar comprometida com a burguesia industrial.

Neste aspecto, a política do governo, através da utilização da desvalorização da moeda nacional, estimulava a indústria nacional, via aumento dos preços dos produtos importados.

Por outro lado, o governo desenvolvia os setores básicos da economia. A construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda é a expressão máxima desta iniciativa, que passara a ser uma das principais preocupações do governo Getúlio Vargas.

Paralelamente, verifica-se com maior incidência a

entrada de capital estrangeiro na economia nacional. Ressal^utamos a importância do fato de que o processo de internacio^unalização do capital não foi orientado pelo governo brasi^uleiro. Deu-se muito mais por circunstância alheia à sua von^utade.

Primeiro, pelo fato do poder de compra dos paí^uses centrais haverem caído, determinando, conseqüentemente, a re^udução da exportação das economias primários-exportadoras e a adoção de uma política de substituição de produtos impor^utados. Segundo, a crise de 29 se caracterizou por uma enorme retração do poder de compra, e a redução das importações bra^usileiras tornou mais crítica a situação da crise.

Por outro lado, o excedente gerado pelos cafeiculto^ures durante o período anterior à crise, acabou financiando o crescimento da indústria de transformação. Isto porque passou a ser o setor que, alternativamente, melhor remunera^uva os investimentos.

"O movimento de expansão e mudança na estrutura pro^udutiva foi acompanhado com grande sensibilidade empresarial por grande parte dos fazendeiros de café, que se tornaram também industriais".³⁹

Nesta ocasião se intensificou a aliança do capital internacional com o latifundiário nacional. Para os grandes fazendeiros investir no setor secundário significava a me^ulhor alternativa e para os monopolistas norte-americanos es^uta aliança representava a expansão do capital e conseqüente descompressão de sua acumulação. De forma que a aceleração da internacionalização da economia brasileira foi conseqüên^ucia da expansão do capital monopolista.

No período de transcurso da Segunda Guerra Mundial, a economia brasileira estava voltada quase totalmente para si, dado que tanto o setor de exportação se via em dificul^udades para escoar sua produção, pela existência de bloqueios,

39

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de im^uportações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974, p. 59.

como os países centrais, em economia de guerra, viam ampliado ao máximo sua capacidade de reprodução.

"O largo período que transcorreu até a recuperação mundial, logo seguido da Segunda Grande Guerra, obrigou a economia do país a voltar-se para si mesma desenvolvendo novas atividades produtivas, com apoio em faixas de demanda interna até então atendidas pelas importações. Sob a pressão de uma redução drástica na capacidade para importar iniciou-se, assim, um processo de substituição de importações que se manteve até a época atual levando a um grau de diversificação e a taxa de crescimento bastante mais acentuada do que as quase todas nações latino-americanas".⁴⁰

Após o término da guerra, o Brasil retornou à sua política de importações (com a variante que, durante o período da guerra, a renda nacional cresceu consideravelmente, assim como o poder de compra das exportações), de tal forma que, em 1948, começaram a aparecer os primeiros déficits e, conseqüentemente, a adoção de políticas de controle cambial.

Esta política de controle de trocas discriminava produtos não essenciais, ao mesmo tempo em que facilitava a entrada de bens de capital, tidos como importantes para o desenvolvimento da indústria nacional. A situação de discriminação de bens de consumo, em especial os duráveis, contribuiu para que acelerasse o processo de internacionalização do capital estrangeiro.

Neste aspecto, a princípio, a entrada do capital internacional busca fugir às discriminações impostas pelas políticas de controle cambial, bem como das tarifas aduaneiras. Por outro lado, evita competição internacional e assegura o mercado consumidor.

A segunda metade da década de 50, início do governo de Juscelino Kubitscheck, é de grande importância para a com

preensão da atual estrutura produtiva do país. O período imediatamente precedente, contemplou a construção ou constituição do setor base da economia, esforçando-se pela implementação de um setor de bens de capital.

O governo JK inaugurou a proposta de promover, durante o seu mandato, um desenvolvimento relativo a cinqüenta anos. Entre outras, o eixo central de seu programa era de transferir a Capital Federal para a Região Centro-Oeste e promover o desenvolvimento da indústria automobilística e naval. Observando que as demais atividades não seriam prejudicadas, muito pelo contrário, deveriam ser beneficiadas.

Para ser colocado em andamento o Plano de Metas, o padrão de acumulação, até então existente, não permitia modificações. Qualquer desvio impopularizaria o governo. Porêm, sob a perspectiva do desenvolvimento capitalista, restaria a saída de se aumentar a produtividade do trabalho, sem que com isso diminuísse a remuneração. Podendo ainda reduzir o salário real. A prova disso é que, de 1954 para 1962, o salário mínimo real cai em 34,3%, o que ainda era insuficiente para as metas propostas pelo governo.

A partir de então, intensificam duas fontes de financiamento do padrão de acumulação: endividamento externo e emissão de moedas. Cujas conseqüências repercutiram posteriormente no aumento galopante da inflação.

Por outro lado, as discussões para a instalação da indústria automobilística encontrava-se em fase conclusiva. Juscelino propunha que paralelamente à fabricação do automóvel, se desenvolvesse a indústria do transporte de massa, além do que exigia que os equipamentos de fabricação fosse instalado no Brasil. A princípio, a Ford e a GM se recusaram, argumentando que as condições climáticas não permitiam a fundição do motor. A Volkswagen foi quem primeiro aceitou as condições do governo brasileiro.

A transferência de capital foi facilitada pela exist

tência da instrução 113, da Sumoc,⁴¹ herança do presidente Café Filho e do seu ministro da Fazenda Eugênio Gudin, que propiciou a instalação de quase todo o equipamento para a indústria automobilística. Isso frente ao protesto da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, diante da discriminação da política do governo, impossibilitando de renovar e ampliar suas instalações.

Essa situação acabou gerando transações irregulares de toda ordem. Isto porque a lei, ao não beneficiar os empresários brasileiros, obrigou-os a usar o capital estrangeiro, para, via estes, obter seus equipamentos no exterior. O resultado foi uma violenta entrada de capital internacional.

QUADRO 8 - Movimento de Capitais Estrangeiros Diretos no Brasil.

em milhões de dólares

PERÍODO	ENTRADA	LUCRO REMETIDO
1947-1953	97	327
1954-1961	721	269

FONTE: PEREIRA, Luiz C. Bresser. Desenvolvimento e crise no Brasil, Editora Brasiliense, p. 53.

Esta estrutura onde o setor de produção de bens de consumo duráveis, passa a ser o mais dinâmico, transformando-se no setor de ponta da economia, exige do governo novas redefinições de política econômica.

Portanto, em parte, a política do governo teria que se dar no sentido de elevar a renda de um segmento da popu-

⁴¹ A Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) autorizava a importação sem cobertura cambial com total isenção de impostos de máquinas e equipamentos, pelas empresas estrangeiras.

lação. A opção foi a transferência de renda da classe de renda fixa, para empresários, via inflação. "Está claro que, a partir de 1959, houve uma clara aceleração inflacionária, a qual teve por feito não só transferir renda dos assalariados para as empresas - pois estas tinham condições de reajustar seus preços tão logo se elevassem - mas também transferir renda das camadas pobres, digamos, os consumidores de bens semiduráveis e não duráveis, para as camadas médias e ricas, consumidores também de bens duráveis, que os novos ramos industriais estavam lançando no mercado em quantidade crescente".⁴²

Como resultado dessa política, o custo de vida subiu 63% no período de 1956-1961, e a dívida externa, que quase se inexistia, chegou, em 1964, a 2,9 bilhões de dólares.

A contrapartida dessa situação foi o desencadeamento, no início da década de 60, de uma série de lutas sociais que visavam, a princípio, repor o ônus que os assalariados vinham sofrendo com a política do governo.

Por outro lado, a situação do balanço de pagamentos se agravava. Este fato fazia crescer ainda mais a insatisfação contra a política governamental. O governo, por sua vez, buscava solucionar esta questão via desvalorização do cruzeiro, o que acaba repercutindo no aumento dos preços internos, via importação, gerando conseqüentemente maior inflação.

A primeira solução "coerente" buscada para debelar a inflação foi a adoção de uma política de contenção de preços. Esta, acabou atingindo os interesses da burguesia, visto que reduzia a margem de lucro dos ramos das atividades atingidas pela política. O que fez com que desaparecesse do mercado os produtos atingidos pela referida política. O governo, numa situação de desespero, buscava contrabalancear

42

SINGER, Paul. A crise do "milagre". Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977, p. 104-105.

esta situação, conferindo subsídios aos empresários. Via de regra, esses recursos eram gerados pela máquina da emissão, o que acaba por gerar uma situação inflacionária mais crescente.

Entre outras medidas, o governo Goulart, através de seu Plano Trienal, que tinha como idealizador o economista Celso Furtado, visava de imediato reduzir a inflação, pois esta situação gerava a sua instabilidade política. Adotou-se, então, uma política de redução de crédito, reduzindo com isso o volume de demanda, que a princípio pareceu ter surtido efeito, pois, pelo menos, os preços foram de alguma forma comprimidos. Os grupos prejudicados por tal medida passaram a exigir do governo a liberação do crédito, isto porque tal política atingia de cheio o setor mais dinâmico da sociedade, produtor de bens de consumo duráveis, setor este extremamente oligopolizado e cujo poder vinha do "além-mar". As constantes pressões acabaram por aliviar as restrições ao crédito. Em contrapartida, reativou-se o processo inflacionário.

A grande massa produtora, camponeses e operários, era, na realidade, a que vinha sofrendo com as constantes modificações políticas de caráter econômico. Se por um lado o trabalhador do campo, sem poder de barganha, vinha carregando o pesado ônus da inflação, na cidade esta situação, em que pese os sindicatos estarem se mobilizando, não era muito diferente. Entre 1959 e 1963, o salário mínimo real havia caído de Cr\$ 331,50 para Cr\$ 292,55 (preços de maio de 1969).

Este período (início dos anos 60) foi marcado por enorme insatisfação popular. A classe trabalhadora vinha dia-a-dia se mobilizando, de sul a norte. No Nordeste, as "Ligas Camponesas" eram extremamente importantes na organização do trabalhador do campo. No Sul, e com início no Centro-Oeste, o movimento do "João sem Terra" mobilizou enorme contingente de homens, desprovidos de qualquer tipo de propriedade. A reivindicação era única: reforma agrária, terra para quem nela trabalha.

O movimento urbano vinha demonstrando seu descontentamento pela política governamental, impotente sequer para reduzir a inflação. Em São Paulo, os trabalhadores da indústria realizavam greves por maiores salários e melhores condições de trabalho. No Rio Grande do Sul, a população trabalhadora mantinha sua fidelidade ao ex-governador Brizola, homem responsável pela expropriação da Light gaúcha. No Nordeste, os trabalhadores da Rede Ferroviária Federal manifestaram seu descontentamento, através de atos políticos promovidos por suas organizações de classe, com elevado grau de mobilização dos operários.

Por outro lado, organizações reacionárias realizaram movimentos motivados por interesses, principalmente, do capital internacional e dos grandes proprietários de terra, podendo-se destacar entre essas organizações o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), ambas financiadas com recursos da Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA, cujos objetivos principais eram de criar sentimentos de oposição ao governo de Goulart e de fidelidade aos valores tradicionais.

"No fim do período sob análise, vários fatores convergem para dar a mesma dimensão que a história hoje registra. O uso indiscriminado de uma política monetária e financeira, irresponsável, frise-se, basicamente deflagrada na Presidência Kubitschek - reduzirá drasticamente o poder aquisitivo dos salários, dando origem como natural reação para estabelecer pelo menos parcialmente aquele poder a uma intensa mobilização política, ao mesmo tempo que também já não servia aos propósitos, seja de financiar internamente a acumulação de capital, seja para succionar e transferir renda de uns grupos para outros, com o que perde também seu significado para as classes empresariais; uma política fiscal conservadora, que não ampliava as receitas do Estado na medida mesma em que as modificações do aparelho produtivo já o permitiam, contraditoriamente com a ampliação dos gastos do Estado basicamente para criar a infra-estrutura adequada ao novo padrão de acumulação; uma política cambial e sobretudo ,

de capitais estrangeiros extremamente liberal, que inicialmente contorna a escassez de divisas para financiar externamente a acumulação de capital através do expediente da Instrução 113, mas cujo efeito retardado, já então presente, era o de criar uma massa de lucros, buscando retornar a circulação internacional do capital-dinheiro, sem os meios de pagamento internacionais correspondentes: a Lei de Remessas de Lucros, do fim do período, era já tardia reação a essa política, encontrando agora o obstáculo dos capitais estrangeiros investidos no país, que desejavam uma política de retorno também liberal".⁴³

Ao iniciar o ano de 1964, aguçavam os conflitos no Brasil. O capital internacional pressionava para que o governo pusesse fim ao estado "convulsivo" que se encontrava o país; o povo exigia que se desse um basta à exploração que vinha sofrendo.

Em seu terceiro mês, num golpe estratégico, as Forças Armadas depuseram o governo João Goulart, substituindo o antigo regime, eleito e constitucional, por um autocrático, antidemocrático, a serviço da plutocracia, ocasião em que se liquidava com os movimentos de lutas populares.

O governo Castelo Branco trouxe como proposta de trabalho o conhecido Plano de Ação, que tinha como inspirador o economista Roberto Campos. Em linhas gerais, sua proposta não diferenciava da anterior, e cujo ponto principal fixava-se na redução da inflação.

Paralelamente ao combate à inflação, realizava-se uma extensa discussão sobre o seu caráter. Enquanto que os monetaristas admitiam ser de demanda, os estruturalistas afirmavam ser de custo. Enquanto alguns afirmavam que seu tratamento deveria ser gradual, outros diziam que a terapêutica deveria ser de choque. A nossa opinião coincide com a de Ignácio Rangel, que afirma: "Nem os ortodoxos nem os estruturalistas viram que o problema derivava precisamente de

uma crônica insuficiência de demanda",⁴⁴ característica que a acompanha até os dias de hoje.

O combate à inflação seguiu a trajetória mais cômoda: diminuição do ritmo de crescimento da economia, via achamento da remuneração do trabalho, permitindo com isso manter o nível de acumulação, embora à custa da ociosidade das instalações de produção. E, sem dúvida, por uma elevação do grau de monopólio da atividade econômica, com falência de inúmeras empresas.

O trabalhador, tendo seus sindicatos desativados e sob repressão policial, via seus salários se aviltando dia a dia. O salário mínimo real caiu de Cr\$ 279,55 em 1964, para Cr\$ 187,20 em 1970 (preços de maio de 1969).

Somente a partir de 1966 é que os índices do custo de vida começaram a ceder frente à política governamental, de sorte que, em 1967, a inflação se situava numa faixa considerada "natural".

Outra característica do governo pós-64 é o favoritismo pelo capital externo. O período que imediatamente procedeu o 31 de março, foi de extremo otimismo com relação à entrada de capital estrangeiro. Acreditavam que, uma vez tendo eliminado o período de instabilidade econômica, os investimentos internacionais seriam abundantes. As perspectivas eram tamanhas, que o governo já pretendia estabelecer condições para entrada de capitais, ao mesmo tempo previa investimentos na ordem de 100 milhões de dólares para 1965 e 120 milhões em 1966.

Os resultados decepcionaram. O saldo do movimento de capitais da balança de pagamentos decrescia, tendo, em 1965, atingido 67 milhões de dólares e em 1966, 43 milhões.

Ressalva-se que em agosto de 1964 o governo modificou a Lei nº 4.131 e dava novas providências ao estabelecimento de Remessa de Lucro. A taxa que era de 10% subia para 12%.

Cinco meses depois, janeiro de 65, a Sumoc baixa a Instrução nº 289. Através desta Instrução, a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil poderia comprar moeda estrangeira para completar uma transação de empréstimo realizada entre uma firma no Brasil e um financiador estrangeiro. Essa medida criava uma fonte alternativa de crédito para a empresa estrangeira que, a considerar a política de contenção de crédito, era de grande importância.

Com base nestes estímulos e em outros que os países subdesenvolvidos apresentam em relação aos países centrais, o governo aguardava que o capital internacional viesse assegurar o Brasil.

Não satisfeito com os resultados dos anos iniciais, o governo engendrou novos estímulos à entrada de capitais, só que desta vez estimulava a rentabilidade dos investimentos de um modo geral. Trata-se da implantação de uma política de subsídios aos exportadores. Procurava-se resolver as questões internas, desafogando-se a balança de pagamentos, e ao mesmo tempo estimulando-se a entrada de capitais internacionais.⁴⁵

Somente a partir de 1968 os investimentos internacionais começam a responder aos estímulos do governo (diríamos que a entrada de capital decorre mais pela necessidade que os países centrais têm em exportar capital, dado o nível de acumulação, do que pela política econômica adotada), e a partir de 1969 cresceu assustadoramente, de 114 milhões de dólares em 1968, para 378 milhões em 1969 (segundo dados do Banco Central).

Esta primeira fase do governo pós-64 se encerra, a nosso ver, em 1967. Antes, porém, não devemos esquecer que é ainda neste período que o governo inaugura uma nova forma

45

Esta relação foi descrita por Álvaro Pignaton no texto Capital estrangeiro e expansão industrial no Brasil (mimeo) Brasília, UnB, 1973. O autor demonstrou, através de levantamentos, que a participação das multinacionais na exportação de manufaturados atingiu em 1967, 32,8%, e em 1969, 43,3%. Sendo que nos setores de maquinarias e veículos esta participação atingiu 75%.

de financiar a acumulação capitalista. Buscando gerar recursos com a precaução de não provocar um novo processo inflacionário, o governo criou novos fundos de poupança compulsória, sem alterar os anteriores, tais como FGTS, PIS, PASEP, que passaram a ser geridos pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), nítidas instituições financeiras. Em resumo, a forma encontrada para geração de fundo de poupança saíria mais uma vez do bolso dos assalariados.

Acrescenta-se também, nesse período, a elevação da receita fiscal, obtida pela reforma tributária implantada em 1967. Por outro lado, o imposto direto que a princípio poderia ser progressivo, acaba penalizando os indivíduos de menor renda tributável.

O novo período pós-64, inaugurado em 1968, inicia com o que se convencionou chamar o "Milagre Brasileiro". A taxa de crescimento do PNB eleva-se de 4,8% em 1967 para 8,4% em 1968, atingindo 11,3% em 1971. A inflação tinha desido a níveis moderados e o investimento estrangeiro líquido atingia em 1969, 210 milhões de dólares, 118% superior ao do ano anterior.

Sob o ponto de vista de crescimento econômico, satisfazia plenamente aos anseios de um grupo de tecnocratas aliados ao poder militar. Porém, sabia-se o quanto custou à massa laboriosa todo esse "sucesso" econômico. Neste sentido pode ser vista a "Passeata dos Cem Mil" no Rio de Janeiro, em 1968. Na verdade, esta passeata marcou um dos pontos culminantes aos sucessivos confrontos entre a população e o governo, tendo por esta ocasião surgido grupos de guerrilha, tanto urbanos como rurais.

O governo via nesses movimentos a "maculação" do desenvolvimento econômico, sendo uma questão de honra liquidar esses focos de resistências. Desencadeando-se uma das maiores repressões da história do Brasil, que culminaria com a liquidação da guerrilha no começo da década de 70.

Do ponto de vista econômico, o governo militar começava a enfrentar sérias dificuldades com a dívida externa,

e já no ano de 1973 o endividamento alcançaria 12 bilhões, 571 milhões de dólares.

A importância que a dívida externa assumiu desde os meados de 1967 tem agora nova característica, pois, além de tornar-se importante fonte de acumulação, criara o excedente que o capital multinacional teria que fazer voltar à circulação internacional. Segundo Francisco de Oliveira: "Faz-se um esforço desesperado de exportações, exitoso sem dúvida, mas que pelas próprias condições da reprodução ampliada, da expansão reforçada pela própria expansão, ter-se-ia mostrado insuficiente; então, apela-se para a expansão da dívida externa, cuja função não é outra senão financiar o retorno à circulação internacional do capital da fração do excedente de propriedade das empresas internacionais e, apenas secundariamente, financiar a própria acumulação de capital".⁴⁶

O novo período da economia, inaugurado após o "milagre", em 1974, marca os seguintes indicadores econômicos: dívida externa, 17,2 bilhões de dólares; crescimento do Produto Interno Bruto, 9,8%, indicando uma queda de 43% em relação ao ano anterior; saldo da balança comercial, menos 4,7 bilhões de dólares (no ano anterior havia sido positivo); taxa de crescimento do setor secundário, 8,2% (no ano de 1973 era de 15%).

No ano seguinte, estes indicadores se apresentavam com os seguintes valores: dívida externa, 21,2 bilhões de dólares; taxa de crescimento do PIB, 5,6%; saldo da balança comercial, menos 3,5 bilhões de dólares; taxa de crescimento do setor secundário, 4,2%.

Paralelamente, dava-se início ao processo inflacionário, a princípio provocado pela escassez mundial de matérias-primas. Porém, ao decorrer de sua continuidade, em grau maior, pela manutenção da taxa de lucro, principalmente das multinacionais.

O processo inflacionário atual, fruto de todas as contradições que o modelo econômico engendrou, criou elementos específicos da fase do desenvolvimento capitalista, vividos em uma sociedade dependente, e neste particular a dívida externa representa um elemento de destaque.

É importante observar que parte da dívida externa refere-se a pagamento de serviços importados, royalties marcas registradas e, ainda, peças ou equipamentos de reposição, propiciando grande evasão de divisas ou o retorno do capital internacional investido no Brasil. Em segundo lugar, destaca-se o pagamento direto de juros e amortizações pelos empréstimos internacionais. Assim é que, sendo esses elementos crescentes, deverão ser também crescentes as exportações como instrumento capaz de saldar estes compromissos.

Aqui se cria um dos principais catalizadores de inflação, pois o setor primário acaba por centralizar sua produção em produtos de aceitação no mercado internacional (soja, café, cacau, cana-de-açúcar, laranja) que, em contrapartida, acaba ocupando o espaço de plantações que atendem à demanda interna da população. A prova é que até 1976 os produtos de base agrícola, naturais e industrializados, representavam cerca de 67% das exportações brasileiras.⁴⁷

No setor de produtos de consumo duráveis, o aumento do preço se manifesta com o intuito de manter as taxas de lucro, buscando-se com a redução do volume de procura, manter o volume de receita, como também repassar o aumento de custos nos preços.

A inflação do período pós-"milagre", traz uma nova característica, bem inerente ao padrão de acumulação. Isto porque agora não apenas penaliza os assalariados de baixa renda, mas volta-se também à classe média, principalmente aos servidores do aparelho burocrático do Estado.

47

Dados obtidos do trabalho "Agricultura de exportação" de Roberto Moreno Moreira e Paulo Rabello de Castro, publicado no livro Brasil, dilemas da política econômica, coordenado por Dionísio D. Carneiro, Editora Campus, p.179-187.

A redução do poder aquisitivo da classe assalariada (retenção da demanda interna) acentuara com maior intensidade o processo de administração de preços nos setores mais oligopolizados.

Ademais, ao lado da retração dos salários reais (um componente da demanda agregada), junta-se um certo esgotamento do setor governo (também componente da demanda agregada), provocado pelo endividamento, tanto interno como externo. Corroborando no mesmo sentido, a política de subsídios pressiona a base monetária, provocando efeitos funestos sobre os preços.

O aspecto particular do endividamento interno tem a ver com a participação do governo no mercado financeiro. É do conhecimento do público sua participação no mercado aberto. "É sobejamente conhecido que este se sustenta basicamente pelas transações com as ORIN's e LTN's, no "open market" e pelo destacado papel de liderança - os "blue chips" - das ações das empresas estatais no precário mercado de ações".⁴⁸

Segundo a Gazeta Mercantil, a partir do levantamento de balanços de empresas multinacionais referente ao ano de 1977, constatou-se significativa parcela de lucro, proveniente de atividades não operacionais, que somaram em 31 empresas, o montante de 4,4 bilhões de cruzeiros.⁴⁹

Simultaneamente, os preços continuavam crescendo e o combate à inflação seguia caminhos semelhantes aos já utilizados no passado: limitação de crédito, controle de preços e juros; porém, todos afrouxados por pressões dos empresários.

A década de 70 encerra com o PIB alcançando 205,5 bilhões de dólares com uma taxa de crescimento média

48

OLIVEIRA, Francisco, op. cit., p. 104

49

Conforme dados publicados no livro ABC do empresarismo no Brasil, Ricardo Bueno, Petrópolis, Editora Vozes, 1980, p. 51-52.

nos últimos cinco anos de 6,34%. Enquanto que no ano de 1979 o setor secundário, o mais dinâmico da economia, responsável por cerca de 38% da renda interna do país, atingiu a taxa de crescimento de 6,9%.

Por outro lado, o investimento internacional incluindo-se reinvestimentos, alcançou, em 1977, o montante de 11,2 bilhões de dólares, obtendo um crescimento entre o período de 1971 a 1977 da ordem de 21,4% ao ano, observando-se que a maior parcela dos recursos destinou-se à indústria. No entanto, já a partir de 1973 há indícios de deslocamento, ainda que pequeno, de prioridade de investimentos multinacionais, passando o setor de serviços a ocupar maior importância (vide quadro abaixo).

QUADRO 9 - Participação do Investimento Internacional na Economia Brasileira.

em milhões de dólares

Ano	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1971	251,5	8,6	2.383,7	81,9	276,3	9,5
1972	282,4	8,2	2.802,2	82,3	319,5	9,4
1973	367,6	8,0	3.526,2	77,0	685,4	15,0
1974	481,2	8,0	4.514,9	74,9	1.031,3	17,1

FONTE: VIEIRA, Dorival Teixeira & CAMARGO, Lenita Correia. Multinacionais no Brasil, diagnóstico e prognóstico, Edições Saraiva, p. 285.

Comparando a taxa de investimento estrangeiro com a taxa média de crescimento do setor secundário, o mais internacionalizado, e o crescimento do PIB, podemos ter idéia de quanto a economia brasileira está comprometida com o capital estrangeiro. O governo foi (é) o grande estimulador desta situação. Vimos que o Brasil mudou a legislação de remessa de lucro, criou linhas de créditos especiais, subsidiou

investimentos estrangeiros, estimulou através de programas especiais, como os fundos setoriais, enfim, criou uma série de regalias ao capital internacional.

Por outro lado, vimos no primeiro capítulo deste trabalho que o desenvolvimento capitalista, na etapa monopolista, exige que o capital rompa sua fronteira de atuação, tornando-se internacional, que é justamente o que caracteriza a fase imperialista, buscando manter sua taxa de lucro e garantia de reserva de mercado. Já no início do século, Lenine⁵⁰ escrevia que a tendência do imperialismo é de expandir-se, não só para os países subdesenvolvidos, mas sim para todos os países do mundo.

Decerto que, quando o capital internacionaliza-se, em busca da área alternativa para instalar-se, procurará, sem dúvida, a que maior taxa de lucro lhe proporcione. E, nestas circunstâncias, o Brasil oferece estas perspectivas. A questão do capital internacional ou multinacional, no território nacional, seria algo inevitável, considerando a manutenção do tipo de sociedade; a questão seria apenas de tempo.

O que se observa, com relação aos governos pós-64, é uma profunda necessidade de afirmarem-se como grupos capazes. E, nesse sentido, o crescimento do produto interno e o aumento de renda per capita representavam parâmetros significativos de desenvolvimento. De tal forma que o caminho mais curto para se obter estes resultados foi o de acelerar o processo de internacionalização da economia, porém de forma tão desorganizada que, mesmo considerando o Brasil um país dependente, subdesenvolvido, tem-se uma situação sem paralelo no mundo. Em 1980, a dívida externa estava acima de 50 bilhões de dólares, inflação em torno de 110%, salário mínimo sem poder aquisitivo nenhum (podendo comprar apenas 26 quilos de carne), um legislativo sem poder político.

50

LENINE, Vladimir Ilich. Imperialismo y movimiento obrero - las raíces de oportunismo, Barcelona, Editorial A nagrama, p. 85-88.

Por outro lado, as fusões das empresas estrangeiras com a iniciativa privada nacional e com o próprio governo, atingiram níveis nunca vistos. O capital internacional é presença constante em todos os setores da economia, se interpenetrando na iniciativa privada nacional e com as próprias empresas estatais.

Observando-se os quadros a seguir, elaborados com informações de 1972 e 1979, notamos a presença efetiva do capital externo.

(Valores em milhões de unidades monetárias)

INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	MULTINACIONAIS			NACIONAIS		
	Cruzeiros	Dólares	% de Participação	Cruzeiros	Dólares	% de Participação
1. Automóveis, Veículos em Geral; Tratores	4.769,2	794,7	100,0	-	-	-
2. Produtos Farmacêuticos	556,7	92,8	100,0	-	-	-
3. Material Elétrico e de Comunicações	1.334,7	222,4	95,0	67,9	11,3	5,0
4. Artefatos de Borracha	629,4	104,9	80,0	155,0	25,7	20,0
5. Plástico e Derivados	480,1	80,0	75,0	158,9	26,5	25,0
6. Autopeças e Carrocerias	774,2	129,0	73,0	279,2	46,5	27,0
7. Indústria Química e Petroquímica	1.884,0	313,9	69,0	829,3	138,2	31,0
8. Máquinas e Motores	903,2	150,5	62,0	552,3	167,4	38,0
9. Metalurgia dos Não-Ferrosos	1.181,2	198,8	62,0	737,2	122,8	38,0
10. Minerais Não-Metálicos	796,5	128,0	58,0	586,2	97,7	42,0
11. Gás de Petróleo	361,1	60,2	56,0	278,7	46,4	44,0
12. Construção Naval	323,5	53,9	51,0	314,8	52,5	49,0
13. Celulose, Papel e Papelão	554,4	92,4	35,0	1.004,4	167,4	65,0
14. Petróleo (extração, refino e distribuição)	1.493,6	248,5	12,0	11.067,3	1.844,2	88,0

*Elaborado por Dorival Teixeira Vieira e Lenita Correia Camargo, selecionando-se as dez maiores empresas de cada ramo, classificadas por ordem decrescente de patrimônio líquido, conforme a revista *Visão*, São Paulo, agosto 1973 (Quem é Quem na Economia Brasileira), in: *Multinacionais no Brasil: diagnóstico e prognóstico*, p. 302.

Notas: 1 - Nas empresas nacionais estão incluídas as empresas privadas nacionais e as governamentais;

2 - O valor em dólares foi calculado pela taxa média de venda: US\$ 1,00 = Cr\$ 6,0012.

(Valores em milhões de unidades monetárias)

INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	MULTINACIONAIS			NACIONAIS*		
	Cruzeiros	Dólares	% de Participação	Cruzeiros	Dólares	% de Participação
1. Automóveis, Veículos em Geral, Tratores	54.423,6	1.994,56	100,0	-	-	-
2. Produtos Farmacêuticos	5.374,8	196,98	90,8	547,4	20,06	9,2
3. Autopeças e Carrocerias	4.777,1	175,8	30,6	10.845,1	397,46	69,4
4. Material Elétrico	11.267,9	412,96	78,8	3.026,4	110,91	21,2
5. Máquinas e Motores	7.322,3	268,35	35,0	13.590,4	498,07	65,0
6. Indústria Química e Petroquímica	16.421,9	601,84	38,3	26.500,8	934,57	61,7
7. Minerais Não-Metálicos	2.241,9	82,16	13,8	13.989,2	512,69	86,2
8. Borrachas e Artefatos	5.880,3	215,51	55,5	4.722,6	173,08	44,5
9. Plásticos e Derivados	4.345,3	159,25	43,2	5.723,6	209,76	56,8
10. Metalurgia dos Não-Ferrosos	8.558,6	313,66	29,8	20.178,0	739,50	70,2
11. Construção Naval	4.364,3	159,95	40,2	6.505,3	238,41	59,8
12. Papel e Papelão	4.881,2	178,89	12,6	33.892,6	1.242,12	87,4
13. Gás de Petróleo	1.299,5	47,63	27,4	3.437,6	125,98	72,6
14. Petróleo (refinação e distribuição)	24.445,0	895,88	10,4	211.399,6	7.747,55	89,6

Selecionadas as dez maiores empresas de cada ramo, classificadas, por ordem decrescente de patrimônio líquido, conforme a revista Visão de agosto de 1980, Quem é Quem na Economia Brasileira.

*A coluna Nacionais inclui empresas governamentais e privadas.

Seria de se esperar, neste período de sete anos, considerando que a taxa de crescimento dos investimentos internacionais, principalmente a partir de 1968, foi superior ao crescimento do setor secundário, que essa situação se tornasse mais evidente, ou seja, que as multinacionais, agrupadas em cada ramo da economia, tal qual como foram ordenadas, detivessem maior quantidade relativa de capital. Na verdade, ocorre o inverso: as empresas "nacionais" passam a ter uma maior participação nos subsetores, como pode ser constatado na comparação dos quadros.

Além da constatação de que o capital internacional está se infiltrando entre as empresas ditas nacionais, fato observado com grupos como Monteiro Aranha, consorciado com a Exxon (norte-americana); Aços Villares, com a International Finance Co. (norte-americana); Matarazzo, com a B.F. Goodrich (norte-americana); Grupo Antunes, com a Bethlehem Steel (norte-americana); Companhia Vale do Rio Doce, com a ASG (norueguesa), Alcan (canadense) e outros. Agrega-se o fato de a fonte geradora de informações (o grupo Visão) ter agrupado empresas estrangeiras ou de capital misto, tidas como nacionais.

Selecionamos um subsetor ou ramo industrial, obviamente optando pelo que tínhamos o maior volume de informação, no caso "Aparelhos Domésticos", e fizemos a análise.

Verificamos o critério de codificação utilizado pelos grupos econômicos, conforme Quem é Quem na Economia, de 29 de agosto de 1980:

- grupos iniciados pelo dígito 3 - correspondem aos grupos estrangeiros isolados ou pertencentes a grupos não identificados;
- grupos iniciados pelo dígito 5 - correspondem aos grupos nacionais privados;
- a ausência de qualquer numeração de grupos significa que se trata de empresa nacional privada isolada não vinculada a grupo, ou pertence a grupo nacional não identificado.

De forma que, selecionadas as dez maiores empresas do ramo (um dos não contidos nos quadros anteriores) obtiveram:

QUADRO 12 - Patrimônio Líquido das dez maiores empresas do Setor de Aparelhos Domésticos no Brasil - 1979.

(em milhões de cruzeiros)

Nome da Empresa	Estado	Grupo	Patrimônio Líquido
Ericsson do Brasil S/A	SP	5.198	3.744,5
Brastemp S/A	SP	5.047	2.845,5
Cônsul S/A	SC	5.047	2.225,3
Standard Elétrica S/A	RJ	5.231	2.047,1
Arno S/A	SP	5.014	1.947,0
OCE Ind. Com. Comp. Elétricos	SP		1.744,4
Philips Elet. do Nordeste S/A	PE	3.582	1.560,9
Sharp do Brasil S/A	AM	5.180	1.099,2
Pereira Lopes Ibesa S/A	SP	5.231	834,8
Nec do Brasil Elet.Ltda.	SP	3.899	701,8

FONTE: Quem é Quem na Economia, Grupo Visão, agosto de 1980.

O quadro acima demonstra que, segundo a seleção das dez maiores empresas do ramo, o capital nacional participa em 87,9% do total do patrimônio líquido do subsetor.

Conforme informações obtidas pelo Centro de Estudos do Desenvolvimento na América Latina (CEDAL), transcritas do livro Multinacionais e trabalhadores no Brasil, organizado por Paulo Freire, temos que:

Ericsson do Brasil S/A - pertence à Ericsson, grupo da Suíça;

Brastemp S/A - pertence aos grupos Crédit Suisse, Suíça; Patiño, Panamá; e Sears Roebuck, Estados Unidos;

- Cônsul - pertence ao grupo Brasmotor S/A, uma Holding pertencente aos grupos Crédit Suisse, Suíça e Patiño, Panamá;⁵¹
- Standard Eletric S/A - pertence à ITT, Estados Unidos;
- Arno S/A - A.B. Asea, da Suécia e grupo brasileiro;
- Sharp do Brasil S/A - pertence à Sharp, com sede nos Estados Unidos.

Desta forma, a participação do capital nacional ficou reduzido a 13,75% do patrimônio líquido do subsetor.

Temos que ter em mente que estamos tratando com uma sociedade extremamente dinâmica, o controle acionário pode mudar, ou uma empresa estrangeira pode consorciar-se com outras de capital nacional e vice-versa, enfim, a situação muda, a competição impõe estas modificações. Há, ao que parece, uma tendência do capital internacional de se interpenetrar com o capital nacional, buscando evitar uma possível hostilização, bem como obter vantagens governamentais, principalmente de programas especiais, concedidas às empresas nacionais.

Aparentemente pode-se pensar que a presença do capital multinacional no Brasil é fenômeno recente. No entanto, a sua presença no país acompanha a história. Porém, é a partir de 1930 que os investimentos internacionais passam a ter maior importância, impulsionado pela queda da taxa de lucro no período da crise norte-americana. Essa tendência parece ter sido estimulada no fim dos anos 30, quando o governo Vargas inicia a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda.

A produção industrial desenvolvia-se a ritmo acele-

51

Kurt Rudolf Mirow mostra, em seu livro A ditadura dos cartéis (anatomia de um subdesenvolvimento), que até 1975 a Cônsul estava em dificuldades e sem solução.

rado. Os estabelecimentos industriais, em sua maioria indústrias tradicionais, como alimentícia, têxtil, farmacêutica e a incipiente metalurgia, propiciaram crescimento ao setor secundário, de 35%, entre o período de 1929 a 1935.

No início dos anos 40, entrava em funcionamento a Usina Siderúrgica de Volta Redonda, e por essa ocasião a presença do capital norte-americano já era significativa, como mostra o quadro a seguir, oportunidade em que a produção industrial crescia à taxa média de 6,2% ao ano.

QUADRO 13 - Investimentos Americanos no Brasil - 1943.

SETOR	MILHÕES DE DÓLARES
Serviços Públicos e Transportes	87,8
Tendências de Transformação	66,4
Distribuição de Petróleo	30,2
Comércio	29,2
Agricultura	10,1
Finanças	3,5
Mineração	2,5
Diversos	6,6

FONTE: DOELLINGER, Carlos Von & CAVALCANTI, Leonardo C., Em presas multinacionais na indústria brasileira, IPEA, coleção de Relatórios de Pesquisa, p. 26.

Hoje, 1980, os investimentos alcançam a casa dos 20 bilhões de dólares (incluindo o reinvestimento, remessa de lucro, "royalties", serviços, etc.), cerca de 24% da produção do setor secundário.

Obviamente, sob este ponto de vista, a economia nacional vive não os interesses do Estado-Nação, mas sim o desenrolar de acontecimentos, os quais não têm poder de gestão. "O traço mais característico do capitalismo na sua fase atual está que ele prescinde do Estado, nacional ou multinacional, com a pretensão de estabelecer critérios de interes

se geral, disciplinadores do conjunto das atividades econômicas".⁵²

O governo tem poder para impedir que as multinacionais interrompam determinações de matrizes? Não. Mesmo porque a maioria das transações que visam o atendimento destas orientações passa despercebida pela opinião pública e, às vezes, pelo próprio governo. Por outro lado, que interesses representa o poder constituído?

Não é novidade que as matrizes utilizam-se das filiais, para, em benefício do grupo como um todo, manter a maior rentabilidade possível. Para isso, o crescimento de uma filial pode ser "desaquecido", em benefício da redução do estoque de outra. Os produtos importados podem ser superfaturados. Dependendo da política de exportação de um país, uma filial pode ter acrescida sua produção a exportar. Enfim, há, sem dúvida, uma série de acertos que estão sob controle das empresas e o governo sequer os conhece.

O superfaturamento é, sem dúvida, uma das formas, talvez a mais usada, de transferência de lucro para as matrizes. Ricardo Bueno,⁵³ denuncia dois casos que caracterizam essa situação: "... a Philips estava vendendo componentes a 1 dólar e importando a 12 dólares. Em uma palestra para 150 empresários do setor eletrônico realizada na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Salomão Wanjberg, então secretário executivo de indústria de componentes, afirmou: 'As indústrias fabricantes de semicondutores, com larga predominância estrangeira, importava no passado diferentes insumos (matérias-primas e componentes), avaliados em US\$ 38 milhões e produziram apenas o equivalente a US\$45,7 milhões de semicondutores. Não dá para entender se esses insumos representam apenas 15 a 20% do valor final dos semi

52

FURTADO, Celso. O Mito do desenvolvimento econômico, Paz e Terra, Rio de Janeiro, p. 34-35.

53

BUENO, Ricardo. op. cit., p. 48.

condutores. O normal seria a produção ultrapassar a US\$ 100 milhões." Nenhum dos presentes contestou.

Por certo, as empresas multinacionais tem apresentado anualmente, desde 1974, saldo negativo em suas transações internacionais.

QUADRO 14 - Saldo das Transações Internacionais das Multina
cionais. Vinte Grupos Selecionados - 1977

(Em mil dólares)

EMPRESA	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	SALDO
Pirelli	65.931	20.953	- 44.978
Ultrafértil	65.346	-	- 65.346
Caterpillar	54.473	28.824	- 25.649
Ciba-Geigy	53.761	11.666	- 42.095
Ishikawajima	49.458	32	- 49.426
Kodak	47.167	10.810	- 36.357
Siemens	42.581	4.082	- 38.499
Goodyear	39.777	12.668	- 27.109
Bayer	39.040	2.020	- 37.020
Philips	38.489	13.660	- 24.829
Rhodia	34.283	3.755	- 30.528
Ericsson	32.566	7.075	- 25.491
Hoechst	29.252	625	- 28.627
Olivetti	28.539	16.066	- 12.473
Firestone	27.674	3.185	- 24.489
Shell	26.804	639	- 26.165
Saab Scania	26.600	22.694	- 3.906
General Electric	25.586	11.091	- 14.495
Dupont	24.117	711	- 23.406
Alcan	20.843	4.363	- 16.480

Além do acordo existente entre matriz e filiais, há os grandes cartéis, que atuam no mundo inteiro, Kurt Mirow⁵⁴, enumera 73 cartéis que atuam em todos os continentes, desde ferro, aço, bens de capital, até aparelhos elétricos e alimentos, que praticam desde a consulta, restrição ao volume de exportação, até fixação de preços.

Toda essa organização do capital a nível internacional coloca o aparelho burocrático do país impotente enquanto gestor da administração econômica. Limitar-se-á apenas a tratar das questões sociais que, em última instância, estará buscando a conciliação das classes, propiciando, portanto, maior exploração ao capital internacional.

A prova de que a economia brasileira é formada em grande parte por empresas multinacionais está na composição dos setores produtivos, de forma tal que temos:

Recursos Minerais - a principal fonte de exploração do manganês situa-se na Serra do Navio, centro do Território Federal do Amapá. O minério é explorado pela ICOMI, formada pelos grupos: Antunes, chefiado por Augusto Trajano A. Antunes e a Bethlehem Steel (norte-americana). Observa-se que as reservas de Urucum também pertencem à Bethlehem Steel.

- uma importante jazida de bauxita, na Amazônia, encontra-se em fase de exploração, em consórcio formado pela Vale do Rio Doce, Votorantim (ambas detêm 51% do capital), Rio Tinto Zinc e Bellington, da Inglaterra; Norssk Hydro e ASG, da Noruega; Instituto Nacional da Indústria, da Espanha; Reynolds Aluminium, dos Estados Unidos; e Alcan, do

54

MIROW, Kurt Rudolf. A ditadura dos cartéis (anatomia de um subdesenvolvimento). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 265-272.

Canadá. Além disso, a Alcoa (norte-americana) e Ludwig (norte-americana) pretendem associar-se para explorar as jazidas do Rio Jaú.

- Na Bahia, a exploração do chumbo é por conta da Mineração Boqueira, controlada pelo grupo Plumbum, empresa subsidiária de Peñarroya (francesa).

Metalurgia

- na metalurgia dos não-ferrosos, destacam-se: Alcan (canadense), Alcoa (norte-americana), Hanna Mining (norte-americana), Anaconda (norte-americana), Furukwa (japonesa), Delta Metal (inglesa), Rothschild (francesa), Mitsui (japonesa), Mitsubishi (japonesa), Patiño (panamenha), Alusuisse (suíça), Comfremi Cie (francesa), Halders Ansteld Union Carbide (norte-americana) e outros. Na metalurgia em geral destaca-se a Krup Campo Limpo S/A (alemã), uma das três maiores produtoras de aço do mundo; a United States Steel (norte-americana), primeiro produtor de aço dos Estados Unidos; a Ford (norte-americana), que se relaciona entre as seis maiores empresas do mundo; a Firestone (norte-americana); Mitsubishi (japonesa); e mais a Sumitomo (japonesa), a Marubeni (japonesa), a Hoechst (alemã), a Flick (alemã), Mannesmann (alemã), Korff (alemã), Nordon (francesa) e IRI (italiana).

Agroindústria

- este setor é responsável pela produção de tratores, adubos, rações, sementes, até alimentos. Nele atuam nada menos do que cem empresas multinacionais*.

Assim é que, nos três setores acima citados, podemos avaliar o peso que tem o capital estrangeiro na econo-

* Ricardo Bueno em seu livro O ABC do entreguismo no Brasil, fornece uma lista das empresas multinacionais que atuam na agroindústria.

mia nacional. Segundo as pesquisas do CEDAL, sobre "Multinacionais e Trabalhadores no Brasil", foram relacionadas 707 empresas estrangeiras no Brasil atuando em todas as atividades da economia, oriundos dos mais variados países.

O que se observa com relação ao capital exportado para o Brasil é que o seu crescimento vertical se limita frente a outros competidores oligopolistas. Nessa situação, o capital tende a tomar dois destinos: o primeiro, busca aumentar o volume de remessa de lucros, utilizando tanto o limite máximo que a lei permite, bem como outros mecanismos, entre os quais o superfaturamento na importação; o segundo, as multinacionais procuram expandir-se horizontalmente, isto é, passam a investir em outros setores, onde o capital internacional ainda não havia chegado, ou onde a competição não tenha atingido grau elevado de monopolização.

No Brasil, o capital internacional parece ter encontrado seu limite de atuação. Aqui, cresce tanto quanto possível; daqui a acumulação flui para as matrizes e se expande horizontalmente para outras atividades. Busca, como não pode ser de outra forma, aumentar as taxas de lucro, utilizando, para isso, o planejamento centralizado nas matrizes, que determinam as direções a serem seguidas.

A acumulação de capital não aplicada em território nacional volta aos grandes centros financeiros de Nova Iorque, Londres, Genebra, Tóquio, de onde há algum tempo atrás saíram em forma de capital financeiro, voltando agora em moeda internacional, à semelhança de quando saíram.

Um das características da fase imperialista é que a exportação de capital, dirigida pelos centros financeiros, que Lenine chamou de "oligarquia financeira", refere-se a capital financeiro. "No período inicial da exportação de capital, geralmente um projeto era financiado por recursos exportados do país investidor. Hoje a internacionalização da rede bancária permite que uma parte considerável desses recursos, que varia entre 30 e 40%, seja mobilizada no próprio mercado onde o investimento vai ser realizado, através da participação financeira do governo e dos bancos de investa

timento. Em geral, apenas de 25 a 30% do investimento representa transferência de capital direto do país de origem da empresa multinacional".⁵⁵

Como vemos, o capitalismo, em sua última fase, desenvolveu mecanismos que lhe propicia o máximo de eficiência e o mínimo de risco, permite-lhe acelerar o processo de acumulação e internacionalização, sem reduzir a velocidade de concentração e centralização. E, cada vez mais, consegue colocar a seu serviço, de forma mais aperfeiçoada, as instituições e o governo.

A seguir, no último capítulo, relataremos de que maneira o capital internacional penetra na indústria pesqueira, e que importância o governo e instituições internacionais (ditas de desenvolvimento) assumem nesse processo.

A atividade pesqueira no Brasil vem, de algum tempo, ganhando importância na economia nacional. No que concerne à absorção de mão-de-obra, no início da década de 20 havia cem mil pescadores cadastrados em colônias e cooperativas. Em 1939, a produção alcançou 103 mil toneladas e quinze anos depois o valor de seu produto representava 0,2% da renda nacional interna. No ano de 1979, foi responsável pela geração de divisas da ordem de 147 milhões de dólares, propiciando ao subsetor um saldo positivo na balança comercial de 40 milhões de dólares.

Não temos dúvida de que, com esses resultados, cresciam paralelamente institutos governamentais que buscavam, a princípio, coordenar o desenvolvimento da atividade. Mas, o surgimento dessas instituições ocorreu muito mais como resposta à exigência do processo capitalista de produção (posteriormente veremos o quanto o governo é fundamental no processo de acumulação) do que como força responsável capaz de conduzir os rumos da atividade.

A constituição de órgãos do governo foi marcada, em 1910, pela criação da Inspetoria de Pesca, cuja atuação limitou-se ao levantamento das espécies marinhas, sendo extinta em 1918. Em 1923, criou-se o Serviço de Pesca e Saneamento do Litoral, organismo de grande importância na formação do setor pesqueiro no Brasil, pois além de promover a organização dos pescadores em colônias e cooperativas, dotando-as de escolas e serviço médico, desencadeou forte campanha contra a exploração do capitalista da pesca. "Estes, protegidos pela política, reduziam os pescadores à escravidão, fornecendo-lhes os instrumentos de pesca — lícito e ilícito — e os meios de precária sobrevivência em troca de todo o peixe produzido".⁵⁶

⁵⁶ SUDEPE. III Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca - 1975/1979. Brasília, 1975, p. 5.

No início dos anos 30, em substituição ao Serviço de Pesca e Saneamento do Litoral, foi criada a Divisão de Caça e Pesca. Esta instituição marca o começo de um período qualificado como etapa de "tecnificação do setor", mas que já mostra a evidente participação do setor público como organismo responsável pela aceleração do processo acumulativo de capital. Promoveu melhoria e capacitação de mão-de-obra, com a implantação da Escola de Pesca de Tamandaré que, em última instância, teria como objetivo buscar aumentar a produtividade do trabalhador. No entanto, a escola funcionou quase que somente no atendimento de técnicos-servidores públicos, frustrando parte da proposta do governo. Criou-se a Estação Experimental de Pirassununga, voltada à piscicultura e à produção de alevinos destinados a fazendas produtoras de peixes. Instalou-se, ainda, postos para acompanhamento do desenvolvimento biológico do pescado. Também foi sobre os auspícios da Divisão de Caça e Pesca, que o governo atuou, pela primeira vez, diretamente como extensão do interesse do capital, na construção de entrepostos de pescado, ou de centros de recepção.

Através do Decreto-Lei nº 291, de fevereiro de 1938, a Divisão de Caça e Pesca veio fortalecer suas ações, pois o referido decreto criava fonte de recursos, que tinha como objetivo desenvolver a pesca nacional. Os recursos eram oriundos de tarifas cobradas pela importação de pescado, e nesse caso, a própria tarifa aduaneira promovia a proteção à pesca nacional.

Nesta ocasião, foi criada a Caixa de Créditos da Pesca, financiada com recursos governamentais dos serviços prestados pelos entrepostos federais (5% das vendas efetivadas), que tinha por objetivo atender às exigências dos empresários, no que concerne a financiamento de projetos de ampliação de plantas, instalação para armazenamento e até mesmo para montagem de pequenas indústrias. Essa medida provocava clara transferência de recursos do produtor primário à in-

dústria pesqueira, condição essencial para acumulação capitalista.

Por ocasião do começo da década de 60, 28 de junho de 1961, foi criado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca (Codepe), órgão de caráter normativo que buscava dar uma orientação única à política de desenvolvimento pesqueiro, visto que os órgãos que atuavam neste setor criavam dificuldades quanto à coordenação das atividades. O referido Codepe obviamente não cumpria com suas funções, visto que o poder econômico continuava com a Caixa de Crédito da Pesca.

Em 11 de outubro de 1962 foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), autarquia que centralizou todas as funções políticas e econômicas da Divisão de Caça e Pesca, Caixa de Crédito da Pesca e Codepe, com a conseqüente extinção destes organismos.

Nessa ocasião, o parque industrial era bastante amplo, exigia do governo tratamento especial. O empresário considera-se "célula" básica para o desenvolvimento do país. Em 1966, veio a ser beneficiado pelo Decreto nº 58.696, que conceitua a pesca como indústria de base e a inclui entre as atividades financiáveis pelo BNDE.

Um ano depois, em 28 de fevereiro de 1967, foi criado o Decreto-Lei nº 221, que permitiria à empresa ligada à pesca, e especialmente à indústria pesqueira, uma série de incentivos, isenções (imposto de renda, imposto sobre produtos industrializados, imposto de importação e sobre qualquer outros impostos e taxas federais) e permissão para as pessoas jurídicas deduzirem do imposto de renda 25% do imposto devido, para inversão em projetos de atividade pesqueira.

Todas essas isenções e o próprio incentivo fiscal, teriam como prazo limite o ano de 1972 (na prática, até 1980 esses

incentivos estavam em vigor).

Estas providências acabaram gerando uma enorme corrida das empresas pesqueiras aos possíveis investidores. Por outro lado, a Sudepe, que tinha a função de repassar os incentivos aos empresários, ficava à margem das negociações. Sob esta ótica, dois fatos se destacavam: a aplicação de incentivos sem contrapartida nenhuma e a desnecessária intermediação da Sudepe, uma vez que os empresários da pesca negociavam diretamente com os agentes financiadores.

A partir de 1974, foi criado pelo Decreto-Lei 1376 o Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset), fundo esse que passou a centralizar, sob a responsabilidade do Banco do Brasil, as aplicações de incentivos fiscais para pessoas jurídicas, dedutíveis do Imposto de Renda, ficando com a Sudepe a responsabilidade de administrar a liberação dos pedidos de incentivos.

O volume de recursos subsidiados às atividades pesqueiras via isenções, permissões e incentivos fiscais, é muito grande. Somente os incentivos fiscais, até 1978, somaram mais de 5 bilhões de cruzeiros. Recursos desviados do Orçamento da União, que teriam aplicação de interesse geral no entanto serviram à acumulação do empresário da pesca.

A produção do pescado no Brasil não tem crescido muito nos últimos oito anos. Seu crescimento médio anual foi 4%, tendo o volume capturado atingido, em 1979, 826 mil toneladas.

É necessário dizer que, apesar da fauna aquática da costa brasileira ser muito variada, as espécies permitidas à "pesca comercial" ou que possibilitem industrialização, são poucas, notadamente, a piramutaba, no estuário do Rio Amazonas que, diga-se de passagem, a sua captura está próxima de atingir o limite máximo permitido (ou o máximo sustentável biologicamente), a partir do qual a pesca passa a ser predatória, no sentido que reduz o estoque. É o caso também do camarão-rosa, no Norte (costa do Pará e Maranhão).

Na costa do Ceará a atividade pesqueira, a partir de sua rentabilidade, vem dando mostra que a pesca da lagosta se encontra nesse limite, embora ecólogos admitam que a captura já esteja incidindo além da máxima sustentável. Quanto à pesca do pargo, embora não esteja sujeita à medida de regulamentação da captura, vem demonstrando uma tendência à diminuição, denotando-se haver chegado próxima ao seu limite máximo de captura.

Nas regiões Sudeste e Sul a pesca de cerco tem dado mostra de que está próxima ao seu máximo, especialmente a sardinha, que já atingiu este ponto. Maiores esforços estarão colocando em perigo a espécie. Da mesma forma, a pesca de arrasto, notadamente camarão, assim como castanha, pescada e corvina, se encontram próxima ao seu limite biologicamente permitido.

Assim sendo, a evolução da pesca no Brasil fica praticamente dependente de espécies menos abundantes, espécies estas em grande parte capturadas pela pesca artesanal. A outra alternativa seria a de se dedicar à exploração de espécies ainda hoje quase inexploradas, como no caso de atum e voadores, o que exigiria de imediato frota especializada e custos elevados. Ou ainda desenvolver intensamente a piscicultura.

Notadamente, a continuar essa situação, a pesca caminha para uma crise, ditada pela limitação, da expansão da atividade, restando-lhe duas saídas: inovar e/ou exportar capital para outras atividades.

A situação é relativamente simples: sendo capitalista o processo de produção, isto por si só encerra uma situação de acumulação de capital, ademais a acumulação de capital gera um processo de concentração. Contudo, no caso específico da pesca, a acumulação se vê limitada pela produção. No entanto, a concentração tenderá a crescer, estimulando o crescimento da acumulação, o que obviamente colocará parte das instalações em ociosidade, portanto a caminho da redução da taxa de lucro.

Se a tendência da concentração é aumentar, e estando limitada pelo crescimento da produção, a alternativa será o crescimento pela centralização, isto é, o crescimento pela incorporação de outras empresas ou pela destruição de capitais.

Na indústria pesqueira a competição entre os capitais será mais dinâmica, visto que os limites impostos pelo estoque de recursos pesqueiros, tenderá a reduzir o aumento da acumulação, ou seja, o crescimento de todo o parque industrial.

Ao longo da costa brasileira a pesca se dá segundo os recursos naturais existentes, e assim a especialização da pescaria se desenvolve com base no conhecimento dos hábitos das espécies, principalmente seu costume alimentar, conhecimento que irá permitir maior ou menor eficiência na pesca - ria. É importante, portanto, conhecer o habitat do pescado e suas migrações.

Da mesma forma, é também importante conhecer sua re produção, o desenvolvimento gonadal (aparelho reprodutor), portanto o próprio crescimento do pescado, procurando reali zar sua exploração o mais racional possível (a princípio, esta é a responsabilidade dos órgãos ligados à pesca: preservar a atividade da pesca extrativa).

De forma semelhante às empresas de captura, as indústrias pesqueiras como tratam-se de ações complementares, fixam-se próximas dos estoques pesqueiros.

A indústria pesqueira no Brasil, além de atuar na transformação do produto, via de regra realiza a captura. Esta situação foi criada em virtude do aumento da acumulação de capital em terra, ou seja, de instalações de beneficiamento do pescado, gerando, como não podia deixar de ser, um aumento na demanda por pescado, matéria-prima da indústria, o que conduziu a uma elevação dos preços. Portanto, a expansão das atividades da indústria, com destino à captura, representa uma tentativa de reduzir os preços da matéria-prima.

Por outro lado, a recíproca também é verdadeira. A empresa de captura acabou se expandindo em direção à indústria de transformação, visto que este caminho asseguraria, quando não, aumentaria a taxa de lucro. Portanto, o empresário da captura busca maior preço pelo seu produto, visto que a definição dos preços quase sempre é ditada pelos industriais.

O eixo condutor deste processo é sem dúvida a taxa de lucro. Caracteriza-se sob esta ótica, uma contradição secundária, com uma certa especificidade na atividade pesqueira, qual seja; a atividade de captura busca remunerar ao máximo seu produto; a indústria procura pagar o mínimo pelo pescado.

O parque industrial pesqueiro no Brasil atualmente conta, segundo o Anuário do Registro Geral da Pesca - 1979, com 162 indústrias (conforme quadro a seguir). A grande maioria das instalações dedica-se a congelamento, representando, segundo cadastros da Sudepe, 75% do total da capacidade de processamento.

Há uma tendência das unidades produtoras em expandir suas atividades em direção ao congelamento; a explicação pode ser encontrada em três sentidos:

- primeiro, as indústrias de conservas necessitam manter estoque adequado de matéria-prima (ou seja um fluxo regular de pescado). Isto se impõe como forma para obter melhor aproveitamento de suas instalações.

-em segundo lugar, as indústrias de salgados, buscam se expandir neste sentido, visto que o processamento de salga desidrata o pescado, e o produto chega ao mercado consumidor a custos elevados. Ao tempo que não tem a mesma preferência que o pescado congelado.

-por último, os armadores antes de pensar em expandir a frota, e às vezes não o fazem por conhecer os limites dos recursos naturais, procuram criar infra-estrutura em terra, e o congelamento surge quase como que uma necessidade. A pesca, por ser uma atividade um tanto quanto instável, depende, além da caça aos cardumes e ausência de intempéries, de um pouco de "sorte"; apresenta dias de grande produção (em Itajaí, em um único dia houve um desembarque

QUADRO 15 - Empresas Pesqueiras no Brasil

NÚMERO DE ORDEM	ESTADO DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE EMPRESAS
01	Amazonas	07
02	Pará	13
03	Ceará	17
04	Rio Grande do Norte	08
05	Paraíba	07
06	Pernambuco	05
07	Piauí	01
08	Maranhão	02
09	Bahia	02
10	Alagoas	02
11	Espírito Santo	01
12	Rio de Janeiro	26
13	São Paulo	22
14	Curitiba	01
15	Santa Catarina	27
16	Rio Grande do Sul	21
T O T A L		162

FONTE: Anuário do Registro Geral da Pesca - Sudepe, 1979.

de 1.600 toneladas de sardinha), ocasiões em que o preço cai. Em contrapartida, quando o desembarque é pequeno, o preço não obedece às leis de mercado, isto é, não sobe. O monopólio da indústria não permite a subida dos preços. A construção de instalações de congelamento representa a obtenção de maior preço pelo produto da pesca, bem como a concentração e acumulação de capital na indústria pesqueira.

Via de regra, toda a indústria da atividade pesqueira possui sistema de congelamento, exceto as indústrias de salga, farinha e óleo, enquanto atividade principal, e a de conserva do Rio de Janeiro.

O enlatamento, que está quase todo concentrado no Rio de Janeiro, é o processo mais dispendioso da industrialização. A relação da matéria-prima essencial (a sardinha, por exemplo) e o custo total do produto beneficiado, está na razão de 1 para 5. O que explica, em parte, a maior concentração de capital nesse ramo da indústria.

Entre outros processos de industrialização, destaca-se a salga, cuja concentração verifica-se nas regiões Sudeste e Sul, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, onde grande parte das indústrias processa o pescado em salga.

Esta primeira abordagem sucinta e geral da situação da indústria pesqueira no Brasil pode ser fechada, agregando-se que, segundo pesquisa desenvolvida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a indústria de congelado opera com cerca de 70% de ociosidade de sua capacidade instalada. Sendo esta situação mais evidente no Rio Grande do Sul, com falta da merluza*, atualmente importada pelos industriais do Sul. Enquanto que para o enlato estimou-se que a ociosidade da instalação alcança cerca de 50% da capacidade instalada. ⁵⁷

Observamos anteriormente que existe uma tendência recíproca do industrial em expandir seu capital em direção da captura e do armador em investir em equipamento em terra. É preciso que se diga que estes investimentos não se dão numa relação determinista, mas que são guiados ou dirigidos segundo a perspectiva de aumento da taxa de exploração.

Porém, para que o investimento seja feito nas alternativas que a indústria pesqueira apresenta, que varia des-

* Espécie de peixe abundante na costa do Uruguai e Argentina, e que antes da fixação das 200 milhas, empresários do Rio Grande do Sul realizavam captura na costa destes países. Porém, após o decreto que instituiu a faixa de 200 milhas como mar territorial nacional, esses países vizinhos proibiram a pesca de estrangeiros em seu mar.

⁵⁷ Dados retirados do Relatório do Programa de Desenvolvimento Pesqueiro do Brasil, Sudepe, 1979.

de a construção de uma fábrica de gelo até uma impressora de estamperia, é preciso que preexistam algumas condições. A primeira delas é o recurso financeiro. Sem que haja "capital" é difícil a efetivação de um projeto. A segunda, é que exista recursos pesqueiros, ou pelo menos condições para que se desenvolva a criação de pescados. E em terceiro, é necessário ter-se mercado consumidor para o produto. Porém, para que estas condições se materializem numa inversão, é preciso que exista a força de trabalho, a única capaz de fazer movimentar o processo produtivo, e a única responsável pela obtenção do produto.

Portanto, o investimento é fruto de um trabalho passado, não remunerado, que se transformou em lucro e se materializa em capital, podendo ser ou não gerado na atividade pesqueira.

Na indústria pesqueira, assim como em qualquer outra atividade, os recursos obtidos para os investimentos tiveram origem no trabalho. Podendo ser trabalho " presente " na embarcação pesqueira e/ou na fábrica ou trabalho " ausente", vindo do governo em forma de incentivo, de outros setores ou do exterior.

As relações de produção na atividade de captura talvez sejam das mais desumanas na sociedade capitalista. O assalariamento do pescador é variável, e com base na produtividade. Há casos, por exemplo, na pesca da sardinha, que findo um mês de pesca, os pescadores não conseguem sequer receber um salário mínimo.

As despesas com armação do barco são da responsabilidade do pescador, desde o rancho, combustível, gelo, até o desgaste dos equipamentos (embarcação, redes, etc.). Não é rara a vez em que o pescador sai para o trabalho e, finda a tarefa e apurado o resultado da pescaria, isto é, deduzidas as despesas de operações (administrativas diretas e indiretas, depreciação, seguros, taxas, licenças, juros, docagem, manutenção e despesas gerais, além das já citadas) do valor da pescaria, o pescador fica em débito com o patrão.

As embarcações não oferecem comodidade nenhuma; há depoimentos de pescadores que afirmam ficar dias sem dormir. A pesca da lagosta, por exemplo, dura, em média, 50 dias e a labuta é contínua. Tirando e repondo os manzuás (covos) o pescador não tem descanso. O patrão de pesca ou mestre age como chefe de uma divisão de montagem. Via de regra, é egresso do seio dos pescadores, mas ao contrário destes, assume o comando do barco e a arrogância do patrão, passando a ser o responsável direto pela exploração do capital.

A embarcação pesqueira, à semelhança de uma fábrica, é tripulada por um grupo de pessoas hierarquicamente organizado. A distribuição de função varia de acordo com o número de tripulantes e esta com o tipo de pesca. As funções existentes, em ordem crescente de importância, são as seguintes: pescador, geleiro, cozinheiro, proeiro, motorista, guincheiro, contramestre e patrão de pesca. A pesca da sardinha, por exemplo, realiza-se com 16 pessoas e preenche quase todos os cargos.

Com base nesta organização o pescador é o menor salário. Em média, alcança aproximadamente um salário mínimo, o que representa cerca de 10% do salário de um patrão de pesca.

A forma de pagamento normalmente é por produtividade, ou assalariamento variável. Há também a forma mista, ou seja, salário mais adicional de produtividade. Neste caso, o acréscimo de produtividade só é obtido depois de alcançado um teto mínimo de captura. Em que pese toda esta situação, em que invariavelmente o pescador é o mais sacrificado neste processo, não há, de modo geral, nenhuma legítima organização que defenda os interesses dessa categoria. Os sindicatos de pescadores normalmente são dirigidos por armadores⁵³, burocratas, patrões, menos por pescadores.

É bom que se diga que além dos sindicatos, há colô-

nias de pescadores, que como aqueles (com a variante de estar ligado ao Ministério da Agricultura), são organismos emperrados que defendem os mais variados interesses, menos o do pescador.

Neste aspecto, há uma característica específica da pesca: toda vez que o pescador tenta se organizar, surge a presença do armador, que se reivindica pescador, defendendo interesses em nome deste. Normalmente, essa mistura de interesses, na verdade inconciliáveis, acaba minando a organização do pescador, visto que as reivindicações aceitas são as encaminhadas pelos armadores.

No entanto, é preciso que se identifique estes dois grupos. O pescador possui somente sua força de trabalho, mais nada além disso. O armador possui embarcação e, para realizar a captura, contrata o pescador e o remunera. Se o procedimento é esse, então a embarcação é instrumento de produção e o armador é, portanto, patrão. Nesse sentido, pescador e armador pertencem a classes diferentes e jamais poderão ter os mesmos interesses.

Há também certa especificidade nas relações de produção na indústria pesqueira: existe um alto grau de exploração da força de trabalho, representado no uso intensivo do trabalho da mulher. Mas não pelo fato de tratar-se de atividade mais a caráter de trabalho feminino, como querem fazer crer os industriais. Trata-se de tarefa que tanto pode ser desempenhada pelo homem, quanto pela mulher.

A indústria pesqueira utiliza operários quase que exclusivamente do sexo feminino. Trabalho duro, sem descanso, onde as operárias se põem quase sempre em pé, em ambientes úmidos e frios. O trabalho feminino é utilizado em todo o processo de beneficiamento, desde a entrada do pescado, quando é realizada a seleção, até o congelamento ou enlatamento, se for o caso.

A chefia das seções normalmente estão sob a responsabilidade de um homem, que à semelhança do patrão de pesca, emprega disciplina rígida. O rigor da disciplina interna de uma fábrica é muito grande. Qualquer pessoa que passe

a trabalhar numa dessas fábricas, em questão de horas estará perfeitamente ajustada às relações de trabalho.

A remuneração das operárias é fixada em um salário mínimo, tendo a variante de ser formado por um índice de produtividade, de tal forma que concluído o trabalho mensal, o máximo de produtividade que a operária alcança, faz com que obtenha um salário mínimo. Obviamente, uma parte das empregadas está sempre em débito, em termos de produção, com o patrão. Com isso, o industrial obtém o rendimento desejado e as operárias esforçam-se para manter em dia o seu índice de produtividade.

Nesse processo, com o passar dos tempos e com especialização dos métodos de produção, o nível de produtividade exigido tende a subir (procurando manter e aumentar a taxa de lucratividade) e, portanto, reduzir relativamente o salário das operárias, aumentando a mais-valia.

O sucesso deste processo deve-se à falta de organização das operárias. Não há, segundo se sabe, nenhuma entidade específica desta categoria. A maioria, mãe de filhos, que às vezes deixa-os com os vizinhos, assim que termina o trabalho, dirige-se imediatamente para casa, para cumprir as obrigações que a sociedade lhe impõe, ou seja, tarefas domésticas.

Quando nos referimos que os investimentos podem ter sido gerados com base no trabalho "ausente", logicamente estamos nos referindo à acumulação não gerada no setor, com origem em outra atividade, quer seja setor ou país. Seria ilógico pensar que investimento pode ser feito com ausência de trabalho.

Assim é que a economia, através do aparelho do estado, pode transferir recursos financeiros de responsabilidade da União, mas que teve origem no trabalho humano, aos setores e regiões com "carência financeira", ou onde a acumulação de capital seja "diminuta".

Essa distribuição de recursos é respaldada no argumento de que trata-se de regiões ou setores de importância

estratégica ao desenvolvimento do país. devendo ser estimulados. Argumenta-se ainda que, sendo o governo responsável pelo bem-estar da população, é sua função diminuir as disparidades regionais e setoriais. Portanto, a liberação de recursos financeiros teria a função de promover uma sociedade mais igualitária.

Toda essa argumentação, bem sabemos, é sustentada em hipóteses falsas, pois se o Estado estivesse interessado em eliminar as desigualdades, teria que extinguir a propriedade privada - não há desigualdade maior que a existente entre proprietários e trabalhadores - e nem tão pouco ceder recursos a quem já os possui.

Há várias maneiras do governo financiar a atividade privada: direta ou indiretamente. Especialmente nos interesses conhecidos, como incentivos fiscais setoriais ou regionais, forma direta de financiar recursos à iniciativa privada, quer seja de propriedade nacional ou multinacional.

O governo federal, através do Fiset, promove incentivo fiscal às empresas pesqueiras (também turismo e reflorestamento) que se organizam sob a forma de sociedade anônima.

Num levantamento, por nós realizado, de empresas registradas na Sudepe, de uma amostra de 51 indústrias, apenas doze declararam não receber qualquer tipo de incentivo fiscal. Entre estas estavam incluídas as unidades produtoras de menor capital social.

As demais empresas, além de se beneficiarem com os incentivos de fundo regionais, notadamente na Região Nordeste, o Finor/Sudene e na Região Norte o Finam/Sudam, também foram favorecidas pelos incentivos do Fiset-Pesca. Entre as empresas amostradas, pelo menos oito foram beneficiadas pelo Finor/Fiset ou Fiset/Finam.

Os incentivos fiscais, segundo a amostra, representam mais de 60% do valor do capital social das indústrias pesqueiras. Há empresas que vêm obtendo recursos do fundo de incentivos desde quando foi fundado, estando há mais de

dez anos sobrevivendo às custas do governo federal, sem que este tome uma sô providência. Observou-se ainda que, em oito indústrias entre as pesquisadas, os acionistas detêm menos de 25% do valor do capital social.

Destacamos que até 1979 entre as indústrias receptoras de incentivos fiscais constavam a Conservas Coqueiro S/A, que pertence ao Grupo Quaker Oats dos Estados Unidos; a Companhia de Pesca Norte do Brasil (Copesbra), do Grupo Nippon Reizo e a Taiyo Indústria de Pesca, pertencente ao Grupo Taiyo Fishery Co., ambas do Japão.

Entre os grupos nacionais, a Confrio, a Mantuano e a Peimpex, que somavam juntas em 1979, um capital no valor de 561,8 milhões de cruzeiros, obtiveram incentivos fiscais, até este ano, superior a metade do valor de suas propriedades.

De posse destes dados observamos a quem se destinam os recursos do imposto de renda, gerado pelo duro labor do trabalhador brasileiro. Não há como justificar que os incentivos fiscais destinem-se a reduzir as disparidades econômicas como afirma o manual do Fiset.

"Tem sido participação do governo federal, desde os anos '60, corrigir ou atenuar desníveis regionais e distorções verificadas em setores vitais da economia, mediante planejamento científico.

Desenvolver regiões e setores economicamente fracos, promover o desenvolvimento integrado do país, criar empregos e redistribuir riqueza, eis os seus propósitos.

Em mira o desenvolvimento regional (Amazônia e Nordeste) e setorial (pesca, turismo, reflorestamento), onde os capitais são mais escassos ou menos atraentes ao investimento".⁵⁹

Obviamente, a retórica é exatamente a oposta à prática, pois afirmar que a Quaker Oats ou Nippon Reizo neces-

59

Manual do Fiset, Fundo de Investimentos Setoriais, Banco do Brasil S/A, Carteira de Administração, p. 2.

sitam de incentivos por se tratarem de empresas de capital "escasso", ou que a Confrio e Mantuano sejam empresas que precisam de recursos fiscais por serem pequenos capitais, é um contra-senso.

Ao contrário do que se prega na propaganda do Estado, os incentivos fiscais contribuem para aumentar a concentração de capitais, esta é sua ideologia. Pensar de outra forma, que o governo aplique os recursos financeiros de que dispõe, em investimentos que reduzam as desigualdades, é não conhecer o papel do Estado na sociedade capitalista. Nem que houvesse indivíduos idealistas que se propusessem a atenuar a disparidade, a realização dessa vontade é impossível, por que os grupos da sociedade, o poder econômico, a quem, em última instância, os dirigentes do governo estão ligados, não permitem que interesses que não os seus sejam privilegiados.

Os interesses de um governo imposto por grupos econômicos, que sem dúvida não têm compromisso nenhum com a população, são a expressão dos interesses das pessoas que o conduziram ao poder.

Da mesma forma que o investimento nacional tem sua origem no trabalho — é a parte da mais-valia reservada para acumulação de capital —, o investimento realizado pelas empresas multinacionais foi gerado na exploração do trabalhador estrangeiro.

É preciso que se relembre que a implantação de filiais ou a consorciação de capitais no Brasil representa em contrapartida a redução do crescimento do capital no país sede. Objetiva, por um lado, manter a taxa de lucro no país de origem e, por outro, aos países de destino, obter maiores taxas de lucro.

No entanto, não se pode esquecer que a exportação de capital dos países centrais foi obtida à custa da exploração contínua da mão-de-obra, e representa a descompressão entre aumento de capital constante e a redução do capital variável. Portanto, o capitalista, ao investir em território estrangeiro, transfere no excedente a contradição laten

te, contradição essa que onde quer que o capital se instale, continuará, pois é inerente ao modo de produção. São relações conflitivas de interesse: de um lado o proprietário dos meios de produção; do outro, o trabalhador.

As multinacionais, quando investem no Brasil, mais precisamente na indústria pesqueira, como não podia deixar de ser, têm perfeito conhecimento das condições existentes na atividade. Agrega-se a isto as facilidades que o governo oferece ao capital estrangeiro (podendo tornar-se mais amplas se a empresa se compromete com o mercado externo). Portanto, se o capitalista exportou capital, a opção feita, foi sem dúvida, a área que melhores condições propicia à sua exploração.

É importante observar que a maioria dos estudos sobre as condições existentes não implicam dispêndio adicional. Existem para isso organismos internacionais subvencionados pelos países capitalistas, que têm por finalidade desenvolver trabalhos de interesse dos investidores internacionais, uma vez que, para os países subdesenvolvidos, a maioria das informações geradas por tais organismos servem apenas para comparações. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), e o Programa para Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) são expressões clássicas destas observações. A FAO, por exemplo, por ocasião da 1.^a Feira Nacional de Pesca, maio de 1980, fez circular um documento, no qual se referia à ampliação dos limites de 200 milhas: "Muito poucas nações em desenvolvimento — e talvez nenhuma — possuem atualmente condições de aproveitar, na sua plenitude, a nova situação. Necessitam elas de fixar novas prioridades para o setor pesqueiro (políticas e estratégias) e aumentar sua capacidade para avaliar, designar, explorar, co-administrar os recursos existentes nas costas. Somente em termos de capital, estima-se que estes países necessitarão de recursos da ordem de 30 bilhões de dólares ao longo dos próximos 20 anos". O documento induz a que tais necessidades técnicas e financeiras só serão atendidas com auxílio das nações desenvolvidas.

Existem também os bancos internacionais, cuja função é a de criar condições para a expansão do capital monopolista. Formam, portanto, a superestrutura da sociedade capitalista em seu estágio mais avançado, da qual não escapa um único setor.

Instituições como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), têm como principal tarefa "financiar investimentos de infra-estrutura no mundo subdesenvolvido, ou seja; infra-estrutura necessária para a implantação posterior de indústrias estrangeiras nesses países. De um total de 1,8 bilhão de dólares emprestados à América Latina, entre 1965 e 1969, por exemplo, aproximadamente 65% foram destinados a transportes e energia elétrica".⁶⁰

Acrescenta-se o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujas funções não diferem muito dos objetivos do Banco Mundial, só que atua, no caso da pesca, em escala mais ampla. Via de regra, busca abrir caminho para a entrada de capitais monopolistas, utilizando-se de argumentos "desenvolvimentistas". É raro o relatório do BID que não recomende modernização de equipamentos ou maquinárias, podendo-se traduzir em aumento de demanda por bens de produção e assim assegurando a rentabilidade do capital monopolista. Ou ainda, que dadas as condições do país, faz-se necessário o apoio de organizações internacionais. Em um dos seus relatórios, o BID explicita claramente qual é seu objetivo: recomenda "progressiva organização da pesca artesanal em unidades empresariais de pesca e comercialização...", o que denota as reais intenções do referido Banco, isto é, capitalizar a pesca e subordinar o pescador ao capital.

A bem da verdade, essas instituições atendem muito mais os interesses do imperialismo norte-americano do que qualquer outro. No entanto, no que se refere à atividade pesqueira,

60

MARTINS, Luciano. op. cit., p. 76.

o Japão é o país que mais vem expandindo suas fronteiras.

A única empresa que captura e beneficia a baleia no Brasil é a Copesbra, ligada ao grupo Nippon Reizo, situada em Cabedelo-PB. Além desta, segundo nosso levantamento, há mais três empresas japonesas no país. Em 1979, esteve no Brasil uma missão do Japão, cujo objetivo era levantar as reais potencialidades do país, no que se refere à pesca. Com a finalidade de um possível "plano de cooperação", a Japan International Cooperation Agency esteve no Estado do Maranhão, trazendo um diretor do Instituto de Pesquisa, três técnicos do Departamento Internacional de Pesca e um empresário, entre outros.

No início do ano de 1980, um grupo de empresários japoneses, ligados à área de postos pesqueiros, esteve em visita aos países da América Latina, passando pelo Brasil.

Destes contatos ressaltam dois aspectos: o primeiro, vê-se bem claro que a intenção destas comitivas é de obter o maior número possível de informações, não estabelecendo a princípio nenhum compromisso; o segundo diz respeito ao interesse que desperta a visita de um país poderoso como o Japão. Além das autoridades governamentais se disporem a oferecer, vantagens, incentivos, os próprios empresários parecem se interessar pela entrada de capital estrangeiro, na medida que vislumbram um poderoso sócio. A princípio, parece não existir hostilizações ao futuro concorrente. Há uma certa atração pelo capital estrangeiro. Assim, sem dúvida existe a intenção de incorporação do capital importado; utilizando-o em benefício próprio, no aumento da margem de lucro.

A indústria pesqueira no Brasil, graças aos programas de incentivos fiscais, cresceu muito nestes últimos anos, principalmente nas regiões Sudeste e Sul, por encontrar, além dos recursos naturais necessários, amplo mercado consumidor.

Com base no levantamento já supracitado, pode-se observar no quadro a seguir, o aumento do número de indústrias implantadas no Brasil, agrupadas em períodos de cinco anos.

QUADRO 16 - Instalação de Indústrias Pesqueiras no Brasil.

PERÍODO	NÚMERO DE INDÚSTRIAS
1911 - 1915	01
1916 - 1920	-
1921 - 1925	-
1926 - 1930	-
1931 - 1935	01
1936 - 1940	01
1941 - 1945	03
1946 - 1950	01
1951 - 1955	04
1956 - 1960	04
1961 - 1965	10
1966 - 1970	19
1971 - 1975	03
1976 - 1979	04

FONTE: Cadastro da Sudepe.

Destacamos dois pontos: o primeiro, refere-se ao fato de que em 1912 o Brasil já possuía uma indústria na Paraíba. De acordo com registros da Sudepe, a pesca até os anos 20 praticamente inexistia, exceto a pesca da baleia, conhecida historicamente como a primeira atividade de captura industrial no Brasil. Segundo ponto, é a concentração de constituições de indústrias nos anos 60. A explicação deve-se principalmente à criação do Decreto-Lei nº 221 que, se por um lado precipitou a formação de empresas pesqueiras, por outro estimulou a entrada de capitais no setor.

A industrialização no setor pesqueiro segue dois sentidos, como já observamos anteriormente. Um deles dirige-se do mar para a terra e normalmente este grupo é formado por empresários com tradição na pesca, mas que naturalmente permanecem na atividade, por ser uma alternativa tão rentável como outra qualquer.

De outro modo, a pesca é explorada por empresários que viram na atividade uma alternativa rentável de investimento. Se isto é um fato, a atividade pesqueira constitui alternativa para investimentos.

Estas constatações constituem-se em uma regra para o investimento na pesca, regra essa subordinada ao princípio fundamental da produção capitalista, ou seja, o investimento é dirigido ao setor que maior taxa de lucro lhe propicia. Admitamos que um grupo tenha eficiência em enlatamento de alimentos. Se há possibilidade do investimento na pesca render lucro, obviamente este consolidará seus interesses. O que não significa que para manter a taxa de lucro ou aumentá-la, não expanda o capital para a área de captura ou comercialização. A experiência acumulada é garantia de retorno do capital investido, acompanhado de lucros adicionais.

Esta "regra" (o capital tradicional dirigindo-se da água para terra; o moderno, do processamento para captura) serve também para o capital internacional. Os japoneses, com larga experiência na atividade pesqueira, antes de investirem no setor beneficiamento, investiram no setor de captura. Assim, como grupos econômicos alheios à atividade pesqueira mas que vêem na pesca alternativa rentável para seus investimentos, fazem-no no setor de beneficiamento e comercialização.

As investigações realizadas no setor pesqueiro dão conta que no Brasil a pesca se encontra bastante capitalizada. A acumulação existente atende suficientemente ao desembarque de pescado. O documento "Retrospectiva Econômica Pesqueira Brasileira (1978/79)", da Sudepe, mostra que a capacidade instalada para congelamento no Brasil é de 3.611 toneladas em 24 horas e a produção de gelo de 5.330 toneladas por dia. O relatório do Programa de Desenvolvimento Pesqueiro do Brasil (PDP) (instituição vinculada à Sudepe), de novembro de 1979, deu conta que o setor pesqueiro dispõe de 64.600 toneladas de capacidade para armazenamento de congelado, bem como a indústria de enlatados possui capacidade para produzir três milhões de latas de 200 gramas por dia.

Estas informações demonstram que a indústria pesqueira encontra-se em pleno processo de acumulação, acumulação esta que não é gerada somente pelo capital nacional; a empresa multinacional já se faz presente no setor, concentrando elevado volume de capital.

A constatação da presença do capital internacional no Brasil deu-se com base no levantamento do parque industrial pesqueiro (já citado anteriormente), identificando-se a operação de empresas dos Estados Unidos, Japão e Suíça, conforme quadro a seguir.

NOME DA EMPRESA	CAPITAL SOCIAL		COMPOSIÇÃO DO CAPITAL		CONTROLE ACIONÁRIO	
	VALOR	ORIGEM	VALOR	FORMA	NOME	VALOR
Copesbra	18.000.000	Brasil	65.000	Subs. comum	Nippon Reizo	12.000.000
	12.000.000	Japão	29.935.000	Inc. Fiscal	Flávio Tokunaga	11.401.980
					Outros	6.598.020
Conservas Coqueiro S/A	193.567.267	E.Unidos	141.178.853	Subs. comum	Quacker	184.285.964
			52.388.414	Inc. Fiscal	Outros	9.281.303
Taiyo Indústria de Pesca	8.278.385	Brasil	4.192.850	Subs. comum	Taiyo Fishery Co.	7.191.593
	7.177.955	Japão	4.647.260	Inc. Fiscal	Iunichi Kumihiro	1.132.138
			6.616.230	Outros	Mitsuro Toyoda	750.430
					Outros	6.382.179
PINA Ind. Com. de Pesca	66.836.055	Brasil	17.274.880	Subs. comum	Pessoa Jurídica Bras.	12.468.885
	1.167.845	Suíça	44.546.849	Inc. Fiscal	Pessoa Jurídica Suíça	755.207
			6.182.173	Outros	Outros	545.964
Belém Pesca	31.659.033	Brasil	23.250.023	Subs. comum	Luiz J. Bittencourt	13.210.911
	789.298	Estrangeiro*	9.198.988	Inc. Fiscal	Edileuza Vasconcelos	9.240.124
					Outros	789.308
Amasa Amazônia Ind. Alim.	4.098.000	Japão	6.000.000	Subs. comum	Cia. Pesca Norte Bras.	4.098.000
	2.732.000		830.000	Inc. Fiscal	Nippon Reizo	2.732.000

FONTE: Cadastro da Sudepe.

*Origem não identificada

Sob o ponto de vista da teoria leninista, o desenvolvimento capitalista atinge seu estágio superior quando a concentração dos meios de produção dá origem ao monopólio, atingindo a fase imperialista (a mais desenvolvida do capitalismo), quando parte da acumulação é exportada em forma de capital para outros países, quer desenvolvidos ou subdesenvolvidos. Nesse sentido, as sociedades desenvolvidas caracterizam-se por exportarem capital, assim como o mundo subdesenvolvido caracteriza-se por receber capital internacional.

Se assim é, o desenvolvimento das sociedades capitalistas cria duas situações: primeira, os países centrais exportam capital; segunda, os países subdesenvolvidos recebem capital.

Se esta situação existe obviamente como característica do desenvolvimento das sociedades capitalistas, podemos afirmar que o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos é definido pela internacionalização de suas economias.

Por contraditório que seja, chegamos ao mesmo ponto que os teóricos do aparelho burocrático brasileiro chegaram. Eles afirmam que o desenvolvimento do Brasil deve-se à entrada das empresas multinacionais e que o capital internacional traz desenvolvimento para o país. Justificando, portanto, todo o esforço desenvolvido pelos governos pós-64 para trazer o investidor estrangeiro.

Sob este ponto de vista, concluimos que o Brasil acompanha o desenvolvimento capitalista mundial, fazendo parte deste processo.

Obviamente, sobre o mesmo resultado, chegamos a conclusões extremamente opostas. Enquanto os teóricos burgueses afirmam que esta situação propiciará melhoria nas condições de vida do trabalhador, pois o capital gerará o bem-estar social à população brasileira, concluimos de forma exatamente oposta.

Vimos que a acumulação do capital se faz segundo o aumento da exploração do trabalhador, exigindo deste, cada vez mais, maior produtividade.

Vimos ainda que a produção capitalista é uma relação de contrários, que o aumento do lucro é aumento de trabalho não pago.

Ainda mais, as grandes concentrações de capital liquidam os pequenos concorrentes, destruindo parte da acumulação gerada pelo trabalho do operário.

Por fim, vimos que as grandes corporações promovem maiores desigualdades, uma vez que suas exigências são atendidas em detrimento de outros interesses.

Adiciona-se o fato de que as grandes corporações carreiam mais recursos para o exterior, do que efetivamente trazem ao se instalarem. Conforme Lenine: "A exportação de capitais, uma das bases econômicas essenciais do imperialismo, aumenta também o alheamento total, perante a produção da camada dos rentistas (indivíduos que vivem do negócio de títulos) e dá à totalidade do país, que vive da exploração do trabalho de alguns países e das colônias do ultramar, um cunho de parasitismo".⁶¹

Esta transferência de recursos, sustentada numa superexploração da força de trabalho nos países subdesenvolvidos, contribui para que se crie nos países centrais a aristocracia proletária. "Aqui, nada de partidos operários, apenas radicais conservadores e liberais; quanto aos operários, gozam tranqüilamente do monopólio colonial da Inglaterra e do seu monopólio do mercado mundial".⁶²

Lenine destaca este ponto para mostrar que o imperialismo, em que pese a enorme massa proletariada criada pela expansão do capital internacional, desenvolve, em uma parte dos trabalhadores em países imperialistas, uma pequena burguesia dirigida pela própria burguesia ou pelos portadores de seus interesses.

61

LENINE, Vladimir Ilich. Imperialismo, fase superior do capitalismo, op. cit., p. 99.

62

Carta de Frederico Engels a Karl Kautsky, em 12 de setembro de 1882. Transcrito do livro Imperialismo, fase superior do capitalismo de Lenine, op. cit., p. 106.

Assim é que a internacionalização do setor pesqueiro é característica do seu desenvolvimento, que tanto é verdade para a industrialização (beneficiamento) como para a captura.

A Copesbra, indústria dedicada ao beneficiamento e captura da baleia, uma empresa orientada pela tecnologia japonesa (atualmente o Japão é o país mais desenvolvido em atividade pesqueira) é totalmente dirigida por japoneses e nisseis; de forma semelhante à Amazônia Indústria Alimentícia S/A (Amasa). Ressalte-se que estas duas empresas pertencem à Nippon Reizo, potente grupo econômico japonês.

A Taiyo Indústria S/A, que apenas industrializa o pescado, tem como sua irmã siamesa a Companhia Taiyo de Pesca, destinada à captura e que declara ser uma empresa nacional. A Companhia Taiyo, que declarou ter, em 1979, um capital social de Cr\$ 17.217.907,00, quase todo investido em barcos de pesca, tem como principais acionistas a Taiyo Fishery Co., capital japonês; a Taiyo Indústria de Pesca S/A, filial da Taiyo Fishery Co., à semelhança da Copesbra, é dirigida por japoneses e nisseis.

A Conservas Coqueiro S/A, uma das três empresas de maior capital no Brasil, cujo controle acionário pertence totalmente à Quacker Oats, além da industrialização do pescado, comercializa e captura.

A Pina - Indústria e Comércio de Pesca, e Belém Pesca, empresas que se dedicam à industrialização e captura, compõem-se de capital internacional. A primeira, de um grupo suíço e a segunda, de capital estrangeiro não identificado.

Além das indústrias que citamos, cujos capitais internacionais são fortes integrantes da sociedade, portanto, possuindo o poder de mando nas empresas, existem os acionistas portadores de ações preferenciais. Destacamos os importantes acionistas estrangeiros, porque acreditamos que estes investidores reforçam a disposição do capital internacional de cada vez mais investir na atividade pesqueira.

O quadro a seguir nos mostra as principais empresas multinacionais que atualmente investem na indústria pesqueira. Dada a importância das empresas listadas no quadro, isso demonstra que a atividade pesqueira oferece ao investidor estrangeiro a garantia que normalmente seus investimentos exigem. Por outro lado, o acionista estrangeiro vê na indústria pesqueira a possibilidade de obtenção de lucro.

Esses fatos vêm, cada vez mais, reforçar a tese de que as economias dependentes tendem a se internacionalizar e que, com o decorrer do tempo, mais capitais internacionais passam a se instalar no Brasil. Se para a indústria de metalurgia em geral isto já é um fato, a indústria pesqueira dá sinal de que seguirá o mesmo caminho.

O desenvolvimento da sociedade capitalista reservou para os países subdesenvolvidos esta função, de serem receptores de empresas multinacionais. Esta é, portanto, a característica do seu desenvolvimento.

Ações Preferenciais

(Em Cr\$ 1,00 - 1979)

N O M E	CAPITAL SOCIAL		COMPOSIÇÃO DO CAPITAL		ACIONISTAS		
	VALOR	ORIGEM	VALOR	FORMA	NOME	VALOR	PAÍS
Ciapesc Cia. Armaz. de Pesca	36.127.050	Brasil	7.500.000 14.267.726	Subs.comum Inc.Fiscal	Shell do Brasil S/A	720.789	Inglaterra
Pescal S/A	91.526.995	Brasil	36.487.397 53.093.588	Subs.comum Inc.Fiscal	Cia.Souza Cruz Volkswagen do Brasil	9.125.270 6.321.903	Inglaterra Alemanha
Pescatlan S/A	19.022.383	Brasil	13.413.028 5.609.355	Subs.comum Inc.Fiscal	Cia.Souza Cruz Esso do Brasil Volkswagen do Brasil	500.000 1.132.000 530.196	Inglaterra E. Unidos Alemanha
Cunha Amaral S/A	6.015.621	Brasil	2.432.850 3.582.411	Subs.comum Inc.Fiscal	Volkswagen do Brasil Met. Rossi S/A	1.050.000 98.382	Alemanha Reino Unid
Mipesca Ind. Com. de Pescado	18.656.766	Brasil	3.566.105 15.090.661	Subs.comum Inc.Fiscal	Cia.Souza Cruz	2.914.974	Inglaterra

FONTE: Cadastro da Sudepe

Do que já vimos sobre a internacionalização da indústria pesqueira, notamos que o seu desenvolvimento ocorre de duas formas. A primeira, de setor para setor, isto é, investimento do setor de pesca de um imperialista para a indústria pesqueira nacional. Esta é a forma que caracteriza formalmente a etapa superior do desenvolvimento do capitalismo. A segunda forma é realizada pela expansão do capital monopolista, já instalado em terra brasileira.

Assim é que as indústrias de pesca de controle acionário do Japão são capitais que foram investidos diretamente no setor de pesca, tendo origem na própria pesca, e são, portanto, excedentes de capitais acumulados na própria atividade pesqueira.

Enquanto que outros países expandiram suas atividades dentro do território brasileiro; a Quacker Oats, no Brasil, por exemplo, possui grande tradição na produção de alimentícios, direcionando suas atividades para a pesca somente no início da década de 70.

Depois de o Brasil ter conquistado o mar territorial até o limite de 200 milhas, assumiu áreas que tradicionalmente eram exploradas pela frota pesqueira internacional. Destacamos a costa do Território do Amapá e Estado do Pará, área onde havia, segundo a própria Sudepe, cerca de 233 embarcações estrangeiras (principalmente americanas) capturando camarão. Situação que se prolongou até 1977, ocasião em que o Brasil passou a explorar a região.

Porém, dadas as características da atividade pesqueira brasileira, abundante em capital instalado em terra e escasso na captura, não era possível explorar plenamente os recursos existentes, tanto por falta de capital como de tecnologia.

O arrendamento de barcos estrangeiros representou a saída para o problema (comprovada pela existência de cerca de 50 embarcações arrendadas na frota do Pará), representando uma característica diferenciada das demais, no que diz

respeito à internacionalização da atividade pesqueira, mas que, como todo capital internacional, é o excesso exportado para áreas de interesse e tem por perspectiva maior rentabilidade.

Atualmente, para a captura do atum (espécie recentemente explorada) sugere-se as mesmas soluções, propondo-se idêntica forma de internacionalização do capital, dada a resistência de empresários nacionais em investir na captura, por motivos conhecidos, pois a captura, comparada com o conjunto da atividade é a que menor taxa de retorno oferece aos investimentos.

Em recente documento enviado ao então presidente Geisel, a Associação Nacional das Empresas de Pesca (Anepe), acompanhada de mais de trinta entidades de classe, todas do setor pesqueiro, sugeriram para a pesca do atum, além dos tradicionais arrendamentos de embarcações estrangeiras, a constituição de "joint-ventures". Sugerem ainda, a título de fortalecimento de capitais investidos na pesca: "Considerando-se que o esforço de pesca naquela região (Região Norte) deve ser exercido por agentes nacionais e ainda, em face da grande dimensão do programa, devem ser viabilizadas as seguintes operações: contrato de arrendamento (leasings); "joint-ventures"; consórcios internacionais; criação de empresas binacionais...". Esta proposta dos empresários da pesca é o caminho para o aumento da internacionalização da economia pesqueira.

Trata-se de uma situação cômoda dos industriais brasileiros. Buscar sócio estrangeiro com capital, enquanto que respaldado pela bandeira brasileira, apresentam como contrapartida os recursos naturais, que não lhes pertencem.

Sem dúvida esta "sábia" decisão, além de promover maiores lucros para o empresário nacional, propiciará maior exploração ao capital internacional, contribuindo para o aumento da acumulação estrangeira.

Uma das características da fase imperialista é a organização dos monopólios a nível internacional. Grandes ca-

pitais formam uniões e cartéis para se distribuírem pelo mundo, buscando evitar competição, ou ainda consorciando-se para explorarem conjuntamente um mercado ou um país. Historicamente, essas organizações têm-se mostrado eficientes quanto aos seus propósitos.

A internacionalização do capital traz consigo esta experiência, de forma tal que nos países subdesenvolvidos proliferam as organizações de capitais.

Na indústria pesqueira a Anepe é a mais importante organização. Além desta há mais 31 entidades de classe. Este fato evidencia que a indústria pesqueira no Brasil, além de estar internacionalizada pelo capital, está internacionalizada pelos padrões do grande capital imperialista.

Este fenômeno do capital na atividade pesqueira no Brasil antecipa características que somente se verificam em estágios mais elevados do desenvolvimento da produção capitalista. Via de regra, estas organizações só se verificam quando a empresa atinge a fase imperialista, isto é, as indústrias pesqueiras exploram o trabalhador, como se já estivessem alcançado a etapa monopolista.

Estas organizações fixam os preços da matéria-prima, dos salários e do produto final. Por mais que reduza a captura, o preço mantém-se estável. Porém, se porventura a oferta aumenta de forma incomum, verifica-se uma redução no preço do pescado.

Em 1980, no Município de Itajaí-SC, um dos maiores centros industriais de pesca do país, a produção atingiu níveis elevadíssimos. Simultaneamente, observou-se uma redução no preço, provocando uma crise na atividade pesqueira.

Os industriais, operando a plena capacidade, não viam escoar seus produtos na mesma velocidade que da entrada da matéria-prima. Esses diferentes fluxos rapidamente esgotaram a capacidade de estocagem das empresas.

Esta situação levou os industriais a reduzirem a com

pra de matéria-prima, impondo uma redução na captura. E ao mesmo tempo chamaram a atenção das autoridades, com vistas a reduzirem os estoques de pescado congelado, convencendo os pescadores a entrarem em greve.

Obviamente, não foram os pescadores que entraram em greve, mas sim os industriais que, através do Sindicato das Indústrias de Itajaí, donos de parte da frota pesqueira, não deixaram suas embarcações saírem. Agrega-se a este facto estar havendo uma grande saída de pescado em estado fresco, o que significava uma perda do controle de preços a nível nacional.

O governo acabou se mobilizando através da Sudepe, da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) e da Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), comprando o excesso de produção, oportunidade em que os industriais solicitaram abertura de novas linhas de crédito para aumentar a capacidade instalada, absolutamente desnecessária para a região.

O preço do produto final, quer congelado ou enlatado, também é fixado por entidades patronais regionais, tais como o Centro de Indústrias do Rio Grande, Sindicato das Indústrias de Itajaí, Sindicato das Indústrias de Pesca de São Paulo, Sindicato das Indústrias de Conservas de Niterói, Sindicato das Indústrias de Pesca de Florianópolis. A nível nacional, a Anepe é o grande centro de discussão e decisões de interesse da classe.

Em 1978, na cidade do Rio de Janeiro, no Othon Palace Hotel Copacabana, realizou-se a VI Convenção Nacional das Empresas de Pesca, promovida pela Anepe, onde se destacou a importância da entidade na conquista de seus pleitos junto a autoridades governamentais. "A Anepe representa hoje a classe empresarial de norte a sul do país, e que muitos dos objetivos solicitados foram alcançados, embora, por maiores dificuldades externas, nem todos tenham sido vitoriosos".

Assim é que, com base nas evidências empíricas, constatamos que o desenvolvimento das relações produtivas na so

cidade capitalista evoluiu, a tal ponto que internacionalizou o capital. A indústria pesqueira no Brasil está se internacionalizando, com o capital multinacional se fazendo presente tanto na captura como no beneficiamento do peixe. Este fato dá à atividade pesqueira um nível diferenciado em suas relações produtivas. Internacionalizando também todas as contradições que a fase imperialista encerra, além, é lógico, das contradições que o sistema capitalista produz.

Aqui, portanto, reside a grande contribuição de Lenin à concepção marxista de reprodução, mostrando como o capitalista busca adiar o "colapso do sistema". A exportação de capital representa a descompressão de forças contrárias: de um lado, a acumulação de capital; do outro, a resistência crescente da classe trabalhadora.

AMIN, Samir. A crise do imperialismo. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

ANUÁRIO DO REGISTRO GERAL DA PESCA - Sudepe. Brasília, 1977 e 1979.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE PESCA - Anepe. Anais da VI Convenção Nacional das Empresas de Pesca. Rio de Janeiro, 1978.

ASSMANN, Hugo et alii. A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial. Petrópolis, Editora Vozes, 1979.

BANCO DO BRASIL. Manual do Fiset. Brasília, 1978.

BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961 - 1964. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978.

BARBOSA, José do Carmo. Pré-capitalismo ou neocapitalismo brasileiro ? Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1979.

BUENO, Ricardo. O ABC do entreguismo no Brasil. Petrópolis, Editora Vozes, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALLETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.

CARNEIRO, Dionísio Dias (coordenador). Brasil: dilemas da política econômica. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1977.

CASTRO, Antonio Barros de. O capitalismo ainda é aquele. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1979.

CHAUI, Marilena. O que é ideologia. São Paulo, Editora Brasileira, 1981.

- DOBB, Maurice. Capitalismo ontem e hoje. Lisboa, Editorial Estampa, 1977.
- DOCUMENTO, Síntese dos Encontros das Instituições Patronais da Atividade Pesqueira. Brasília, 1978.
- DOELLINGER, Carlos Von & CAVALCANTI, L. C. Empresas multinacionais na indústria brasileira. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975.
- GALBRAITH, John K. O novo estado industrial. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- FERREIRA, Assuero. Grau de monopólio e parcela salarial: uma evidência empírica na indústria de transformação brasileira (mimeo). Fortaleza, CAEN, 1979.
- FREIRE, Paulo. Multinacionais e trabalhadores no Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.
- _____. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1974.
- HEILBRONER, Robert L. A formação da sociedade econômica. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.
- HYMER, Stephen. Empresas multinacionais: a internacionalização do capital. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.
- KALECKI, Michel. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo, Editora Hucitec, 1977.
- _____. Teoria da dinâmica econômica. Coleção os Pensadores. São Paulo, Victor Civita, 1978.
- KUZNETS, Simon. Teoria do crescimento econômico moderno. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.
- LENINE, Vladimir I. El desarrollo del capitalismo en Rusia. Barcelona, Editorial Ariel, 1974.
- _____. Imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo, Global Editora, 1979.
- _____. Imperialismo y movimiento obrero: las raíces del oportunismo. Barcelona, Editorial Anagrama, 1976.

- LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
- LUXEMBURGO, Rosa & BUJARIN, N. El imperialismo y la acumulación de capital. Córdoba, Pasado y Presente, 1975.
- MANDEL, Ernest et alii. O imperialismo. Lisboa, Edições Delafos, 1975.
- MARTINS, Carlos E. Estado e capitalismo no Brasil. São Paulo, Editora Hucitec - Cebrap, 1977.
- MARTINS, Luciano. Nação e corporação multinacional. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1975.
- MARX, Karl. O capital - crítica da economia política. Livro 1, volume 1 e 2, livro 3, volume 4. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1971.
- MIROW, Kurt R. A ditadura dos cartéis (anatomia de um subdesenvolvimento). Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1979.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.
- PALLOIX, Christian et alii. Imperialismo e comércio internacional. São Paulo, Global Editores, 1981.
- PEREIRA, Luiz C. B. Desenvolvimento e crise no Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1977.
- PIGNATON, Álvaro A. G. Capital estrangeiro e expansão industrial no Brasil (mimeo). Brasília, UnB, 1973.
- Quem é quem na economia brasileira. São Paulo, Revista Visão, 1980.
- RANGEL, Inácio. A inflação brasileira. São Paulo, Editora Brasiliense, 1978.
- SANTOS, Theotônio dos. Imperialismo e corporações multinacionais. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.
- SINGER, Paul M. A crise do "milagre". Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.

SUDEPE. Relatório do Programa de Desenvolvimento Pesqueiro do Brasil (mimeo). Brasília, 1979.

_____. Relatório de atividade no setor pesqueiro. Brasília, 1976.

_____. Retrospectiva econômica pesqueira brasileira - 1978/1979 (mimeo). Brasília, 1980.

_____. Enfoque sistêmico do setor pesqueiro (mimeo). Brasília, 1975.

_____. III Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca - 1975/1979 (mimeo). Brasília, 1975.

SWEEZY, Paul M. Capitalismo moderno. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

_____. Teoria do desenvolvimento capitalista. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.

TUGENDHAT, Christopher. Estas multinacionais que nos governam. Lisboa, Parceria A. M. Pereira Ltda., 1974.

VERSIANI, Flávio & BARROS, J. R. Mendonça (organizadores). Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização. Série ANPEC. São Paulo, Edições Saraiva, 1977.

VIEIRA, Dorival T. & CAMARGO, L. C. Multinacionais no Brasil: diagnóstico e prognóstico. São Paulo, 1976.